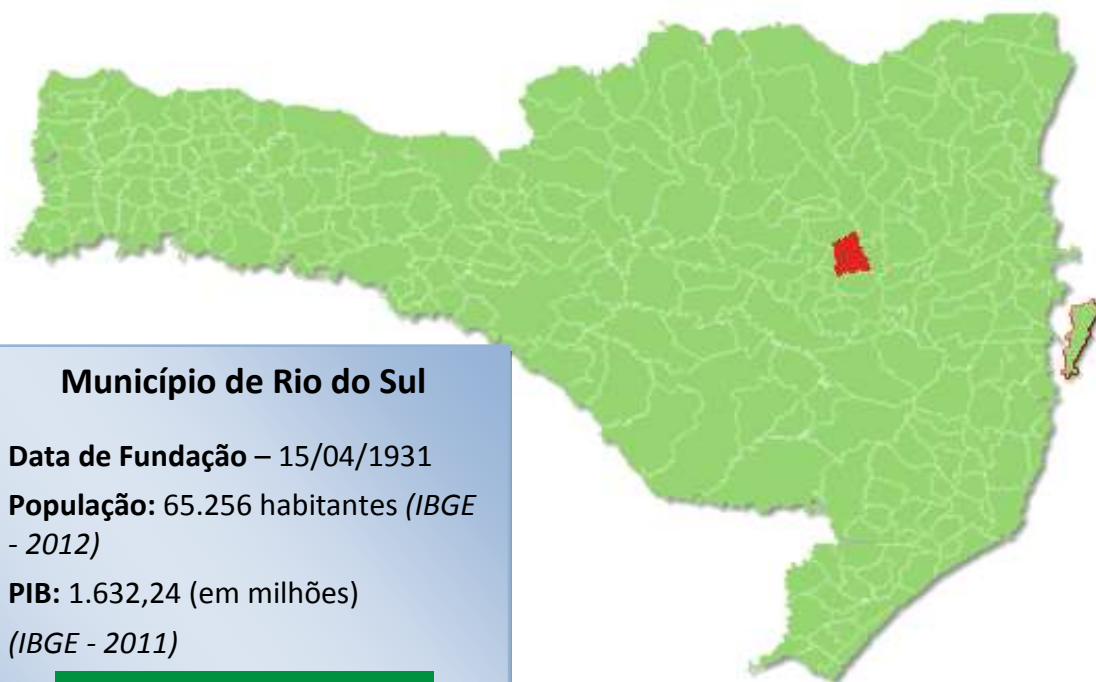


TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2013



Município de Rio do Sul

Data de Fundação – 15/04/1931

População: 65.256 habitantes (IBGE - 2012)

PIB: 1.632,24 (em milhões)
(IBGE - 2011)



SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 4 |
| 1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL | 5 |
| 1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 4537/2014) | 6 |
| 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO | 12 |
| 3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA | 14 |
| 3.1. Apuração do resultado orçamentário | 14 |
| 3.2. Análise do resultado orçamentário | 15 |
| 3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias | 16 |
| 4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA | 23 |
| 4.1. Situação Patrimonial | 24 |
| 4.2. Análise do resultado financeiro | 24 |
| 4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos | 26 |
| 4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira | 28 |
| 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES | 31 |
| 5.1. Saúde | 31 |
| 5.2. Ensino | 32 |
| 5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências | 32 |
| 5.2.2. FUNDEB | 34 |
| 5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF) | 37 |
| 5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município | 37 |
| 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo | 38 |
| 5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo | 39 |
| 6. CONSELHOS MUNICIPAIS | 41 |
| 6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB) | 41 |
| 6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS) | 43 |
| 6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente | 46 |
| 6.3.1. Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA | 47 |
| 6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) | 48 |

| | |
|---|----|
| 6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE) | 49 |
| 6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa) | 50 |
| 7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010 | 51 |
| 8. RESTRIÇÕES APURADAS | 55 |
| 9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013 | 56 |
| CONCLUSÃO | 57 |
| ANEXO | 59 |
| APÊNDICE | 60 |
| APÊNDICE | 72 |

| | |
|---------------------|---|
| PROCESSO | PCP 14/00110138 |
| UNIDADE | Município de Rio do Sul |
| RESPONSÁVEL | Sr. Garibaldi Antonio Ayroso - Prefeito Municipal |
| ASSUNTO | Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2013 - Reinstrução |
| RELATÓRIO Nº | 5439/2014 |

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Rio do Sul, relativas ao exercício de 2013.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2013 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Rio do Sul, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 13/11/2014

conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL

Procedido o exame das contas do exercício de 2013 do Município, foi emitido o Relatório nº **4537/2014**, integrante do Processo **PCP 14/00110138**.

Referido Processo foi tramitado ao Exmo. Conselheiro Relator, que decidiu devolver à DMU para que esta encaminhasse ao Responsável à época, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso - Prefeito Municipal, no sentido de manifestar-se sobre as restrições contidas no Relatório nº **4537/2014**, em observância ao disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, o que foi efetuado através do Ofício TCE/DMU nº 19.282/2014, de 21/10/2014.

Considerando que o Exmo. Conselheiro Relator, em seu Despacho, determinou que o Responsável se manifestasse exclusivamente acerca da restrição contida no item “8.1.1” do citado Relatório, nesta oportunidade, entretanto, serão analisadas por esta Instrução todas as restrições, pois o Responsável se manifestou sobre as demais restrições.

Conforme solicitação do Exmo. Conselheiro Relator, o Prefeito Municipal, através de expediente s/nº de 05/11/2014, apresentou alegações de defesa assim como remeteu documentos sobre as restrições contidas no aludido Relatório, estando anexadas às folhas 389 a 614 dos autos.

Assim, retornaram os autos a esta Diretoria para a devida reinstrução.

1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 4537/2014)

1.2.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL

1.2.1.1 Despesas realizadas com os recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério no valor de **R\$ 12.004.451,84**, representando **56,17%** dos recursos oriundos do FUNDEB (**R\$ 21.372.617,75**), quando o percentual estabelecido de **60,00%** representaria gastos da ordem de **R\$ 12.823.570,65**, configurando, portanto, aplicação a menor de **R\$ 819.118,81** ou **3,83%**, em descumprimento ao estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 1).

(Relatório nº 4537/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 389/614.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável alega que a restrição em questão é decorrente do empenho nº 9939/2013 (fl. 597), referente ao pagamento de professores no mês de novembro de 2013, no montante de R\$ 1.722.500,93, estar vinculado equivocadamente na Fonte de Recursos 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação - 40%), quando pela sua natureza deveria estar vinculada na Fonte 18 - Transferências do FUNDEB (remuneração dos profissionais do magistério - 60%).

Em análise a documentação ora acostada nos autos, constata-se que procede a justificativa apresentada pelo Responsável.

Conforme ficha financeira sintética da folha de pagamento referente ao mês de novembro de 2013 (fl. 599/608), verifica-se uma despesa no valor de R\$ 1.914.695,67 referente aos proventos de vários servidores.

Confrontando os servidores listados na referida ficha financeira com a relação de servidores, cargo e local de trabalho (fls. 542/562), constata-se que estes são professores do ensino infantil e fundamental no Município.

Do montante supracitado (R\$ 1.914.695,67) referente ao pagamento de proventos de professores, o valor de R\$ 1.722.500,93 (empenho nº 9939/2013, fl. 597) foi vinculado na Fonte de Recursos 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação - 40%), nos termos da justificativa aqui apresentada pelo Responsável.

Assim, por tratar-se de despesas pertinentes ao pagamento de professores, esta instrução passa a considerar o valor de R\$ 1.722.500,93 para fins de verificação do limite mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério.

Desta forma, conforme demonstrado no item 5.2.2, limite 1, quadro 15, deste relatório, a Unidade passa a cumprir o limite mínimo estabelecido na legislação, razão pela qual, afasta-se a restrição.

1.2.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 1.2.2.1 Aplicação parcial no valor de **R\$ 3.659,02**, no primeiro trimestre de 2013, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no montante de **R\$ 5.976,98**, sem a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).

(Relatório nº 4537/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 389/614.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável afirma que o Decreto nº 3.183, de 13/02/2013, autorizou a abertura de crédito adicional suplementar no exercício de 2013, por conta do superávit financeiro verificado do exercício anterior, no montante de R\$ 5.976,98.

Segundo ele, restou somente R\$ 593,00 de recursos não aplicados.

Conforme a documentação acostada nos autos, verifica-se que a afirmação do Responsável é procedente pelos motivos que seguem:

O Decreto nº 3.183 (fl. 580), de fato autoriza a abertura de crédito adicional por conta do superávit financeiro do exercício anterior na conta nº 32.540-6 (conta FUNDEB) no montante de R\$ 5.976,98.

Conforme informações encaminhadas pelo Responsável (fl. 583), bem como outras extraídas do sistema e-Sfinge e juntadas ao processo (fls. 618/619), constata-se que houve o empenhamento no montante de R\$ 5.383,98 na Função 12 - Educação, Fonte 19 - Recursos do FUNDEB, Grupo de Fonte de Recursos 3 - Recursos do Tesouro exercícios anteriores.

No entanto, constatou-se que o valor de R\$ 4,96, referente ao empenho nº 9637, de 08/11/2013, foi empenhado fora do prazo legal estabelecido (1º trimestre do exercício seguinte), sendo portanto desconsiderado por esta instrução como recurso aplicado no referido prazo.

Assim, considerando a aplicação no valor de R\$ 5.379,02, no primeiro trimestre de 2013, representando parcialmente os recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior de R\$ 5.976,98, mantém-se a restrição com a devida readequação dos valores.

- 1.2.2.2 Divergência, no valor de **R\$ 200.191,38**, entre as Transferências Financeiras Recebidas (R\$ 27.491.646,06) e as Transferências Financeiras Concedidas (R\$ 27.291.454,68), evidenciadas no Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, caracterizando afronta ao artigo 85 da referida Lei.

(Relatório nº 4537/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 389/614.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável admite a divergência em questão, registrando que se trata de um ato involuntário, sem intenção de dolo. Segundo ele, o equívoco decorre de um lançamento em que a Fundação Municipal de Desporto considerou o valor de R\$ 202.545,00 como sendo uma transferência financeira do Município, quando na realidade este valor tratava-se de um convênio.

O valor remanescente da divergência, no valor de R\$ 2.353,62, segundo o Responsável, é decorrente de uma transferência financeira do Fundo de Aposentadorias e Pensões para o Município, contudo lançado como outras receitas correntes.

Assim, considerando que o próprio Responsável identificou e admitiu a divergência aqui levantada, mantém-se a restrição.

- 1.2.2.3 Divergência, no valor de **R\$ 232.279,01**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 7.128.646,28) e o resultado da execução orçamentária – Superávit (R\$ 5.899.223,99), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 997.143,28, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64.

(Relatório nº 4537/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 389/614.

Considerações da Análise Técnica:

Assim como no item anterior deste relatório, o Responsável identifica e assume como um equívoco a divergência aqui apontada.

Segundo ele, o valor de R\$ 200.191,38 justifica-se pelos argumentos apresentados no item 1.2.2.2. Já a diferença no montante de R\$ 32.087,63, segundo o Responsável decorre de um lançamento equivocado do Tesoureiro, que ao invés de lançar este valor em outras receitas correntes, o fez como transferências financeiras.

Destaca-se inicialmente que a presente análise abrange o Balanço Anual do exercício financeiro de 2013 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico.

Assim, considerando as informações encaminhadas pela Unidade, bem como o fato do próprio Responsável identificar e assumir que houve o equívoco nas informações, mesmo identificando as impropriedades de alguns lançamentos posteriormente, mantém-se a irregularidade.

- 1.2.2.4 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, I e II, do Decreto Federal nº 7.185/2010.

(Relatório nº 4537/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 389/614.

Considerações da Análise Técnica:

Em sua manifestação, o Responsável afirma que o item referente o descumprimento da disponibilização em meios eletrônicos de acesso público das informações acerca do procedimento licitatório realizado, bem como a sua dispensa ou inexibilidade, quando for o caso, é em decorrência do software que gera o quadro demonstrativo das referidas informações, não possuir um campo exclusivo para a mesma.

Segundo ele, é possível verificar no histórico dos empenhos o número dos processos licitatórios realizados.

No que pese as alegações ora apresentadas, as mesmas não são suficientes para o afastamento da restrição, visto que caberia a Unidade uma simples adequação do software de modo que possibilitasse a informação por completo do procedimento licitatório em campo específico.

Ademais, informações acerca do lançamento da receita também não estavam disponíveis na data de 16/12/2013, conforme demonstrado no Quadro 20, Capítulo 7, deste relatório.

Ante o exposto, mantém-se a restrição.

1.2.3 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR

1.2.3.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "a", da Resolução TC nº 77/2013.

(Relatório nº 4537/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 389/614.

Considerações da Análise Técnica:

Considerando que a Unidade encaminhou nesta oportunidade o Parecer do Conselho Municipal de Saúde Escolar (fl. 403), afasta-se a irregularidade em questão.

1.2.3.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013.

(Relatório nº 4537/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 389/614.

Considerações da Análise Técnica:

Considerando que a Unidade encaminhou nesta oportunidade o Parecer do Conselho Municipal do Idoso (fls. 401/402), afasta-se a irregularidade em questão.

À luz das ponderações de ordem técnica referentes às justificativas apresentadas pelo responsável, por ventura do cumprimento das disposições contidas no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, conforme consta do item 1.2, as contas relativas ao exercício de 2013 passam a apresentar os seguintes dados:

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

A colonização de Rio do Sul iniciou-se com as picadas abertas pelo engenheiro Emilio Odebrecht para a construção da estrada Blumenau/Curitiba, e recebeu novo impulso com a chegada de Francisco Frankenberger, em 1892. Chamada inicialmente de Bela Aliança, a localidade emancipou-se em 1912 e transformou-se em município em 1930, desmembrando-se de Blumenau.

O Município de Rio do Sul tem uma população estimada em 65.256² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,80³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 1.632.244.281,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 26.355,85, considerando uma população estimada em 2011 de 61.931 habitantes.

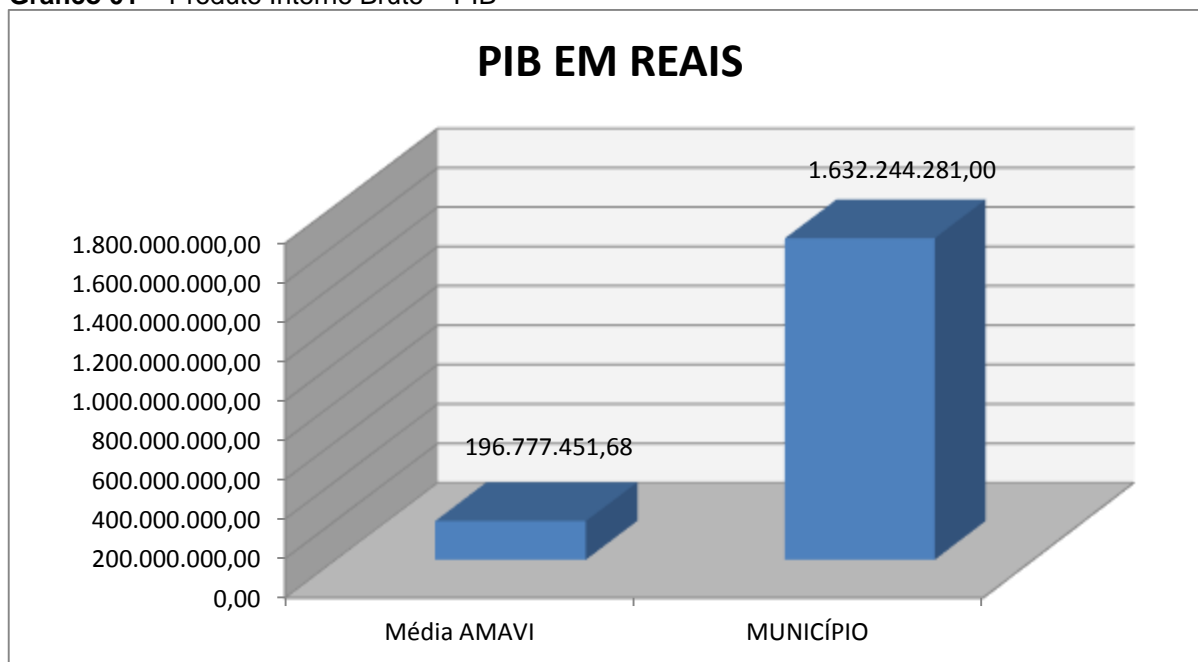
¹ Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

² IBGE - 2013

³ PNUD - 2010

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2011

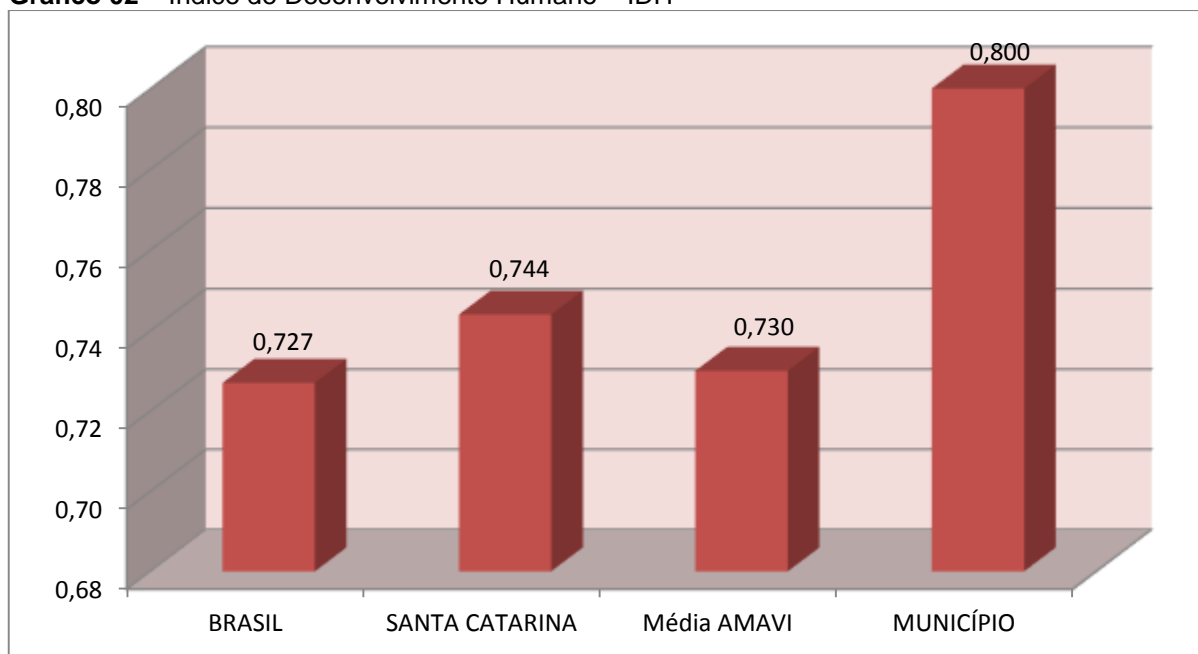
Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2011

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Rio do Sul encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

| LEIS | | DATA DAS AUDIÊNCIAS | RECEITA ESTIMADA | 186.515.157,81 |
|------|-----------|---------------------|------------------|----------------|
| PPA | 4914/2009 | 24/08/2009 | DESPESA FIXADA | 186.515.157,81 |
| LDO | 5338/2012 | 15/10/2012 | | |
| LOA | 5358/2012 | 03/12/2012 | | |

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 18.574.529,41**, correspondendo a **9,88%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 18.574.529,41, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 3.779.587,63 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 14.794.941,78.

Excluindo o resultado orçamentário do Regime Próprio de Previdência e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor, o Município apresentou Superávit de R\$ 5.899.223,99.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2013

| Descrição | Previsão/Autorização | Execução | % Executado |
|--|---------------------------------------|--------------------------|--------------------------------|
| RECEITA | 186.515.157,81 | *188.016.835,63 | 100,81 |
| DESPESA (considerando as alterações orçamentárias) | 214.116.876,17 | 169.442.306,22 | 79,14 |
| Superávit de Execução Orçamentária | | 18.574.529,41 | |
| Resultado Orçamentário Consolidado Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor | | | |
| | Superávit Consolidado Ajustado | Superávit do RPPS | Superávit excluído RPPS |
| RECEITA | 188.016.835,63 | 18.868.827,89 | 169.148.007,74 |
| DESPESA | 169.442.306,22 | 6.193.522,47 | 163.248.783,75 |
| Resultado de Execução Orçamentária | 18.574.529,41 | 12.675.305,42 | 5.899.223,99 |

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Dados do Anexo 13 – Balanço Financeiro, fls. 221.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro ajustado sem RPPS e o resultado da execução orçamentária ajustada sem RPPS no montante de R\$ 232.279,01, considerando o cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 997.143,28, em parte se refere a divergência entre as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas no valor de R\$ 200.191,38, constando nas Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

Obs.: A receita no montante de R\$ 18.868.827,89, assim como a despesa no montante de R\$ 6.193.522,47, consideradas as Transferências Financeiras, se referem exclusivamente ao RPPS.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Rio do Sul nos últimos 5 anos:

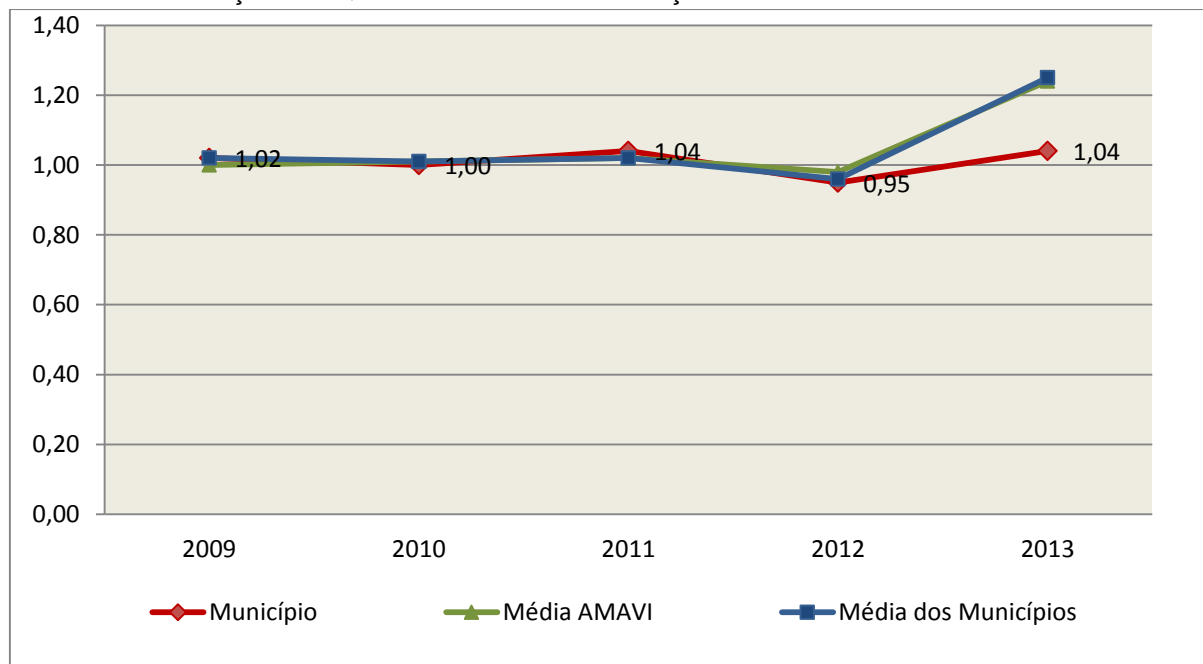
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – Excluído RPPS – 2009-2013

| ITENS / ANO | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 1 Receita realizada | 115.671.081,43 | 121.144.159,66 | 143.951.218,60 | 159.931.272,10 | 169.148.007,74 |
| 2 Despesa executada | 112.871.321,97 | 120.873.563,17 | 138.747.922,19 | 168.498.277,17 | 163.248.783,75 |
| QUOCIENTE | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Resultado Orçamentário (1÷2) | 1,02 | 1,00 | 1,04 | 0,95 | 1,04 |

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 188.016.835,63**, equivalendo a **100,81%** da receita orçada.

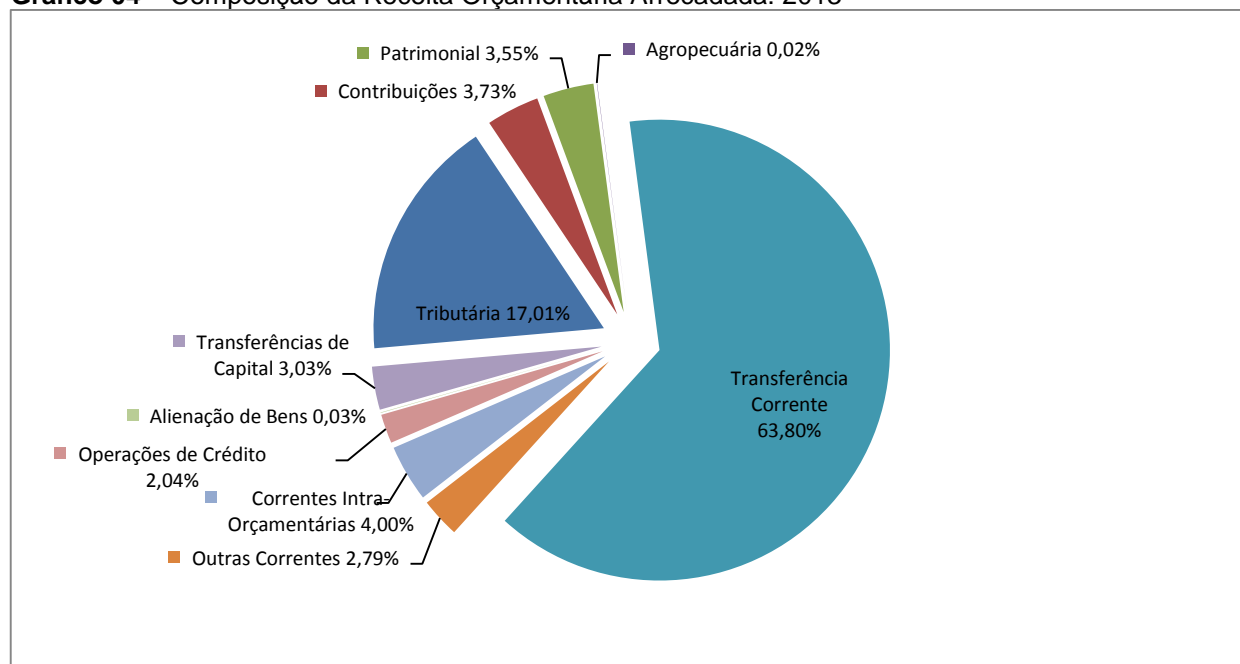
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2013

| RECEITA POR ORIGEM | PREVISÃO | ARRECADAÇÃO | % ARRECADADO |
|--|-----------------------|-----------------------|---------------|
| Receita Tributária | 29.892.310,00 | 31.979.950,34 | 106,98 |
| Receita de Contribuições | 5.150.400,00 | 7.012.402,59 | 136,15 |
| Receita Patrimonial | 6.999.800,00 | 6.679.950,01 | 95,43 |
| Receita Agropecuária | 30.000,00 | 39.717,12 | 132,39 |
| Transferências Correntes | 113.267.177,81 | 119.951.896,08 | 105,90 |
| Outras Receitas Correntes | 4.837.170,00 | 5.241.174,37 | 108,35 |
| Receitas Correntes Intra-Orçamentárias | 5.560.000,00 | 7.516.330,86 | 135,19 |
| RECEITA CORRENTE | 165.736.857,81 | 178.421.421,37 | 107,65 |
| Operações de Crédito | 12.450.000,00 | 3.841.594,19 | 30,86 |
| Alienação de Bens | 20.000,00 | 62.650,00 | 313,25 |
| Transferências de Capital | 8.308.300,00 | 5.691.170,07 | 68,50 |
| RECEITA DE CAPITAL | 20.778.300,00 | 9.595.414,26 | 46,18 |
| TOTAL DA RECEITA | 186.515.157,81 | 188.016.835,63 | 100,81 |

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado (Anexo 13).

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2013

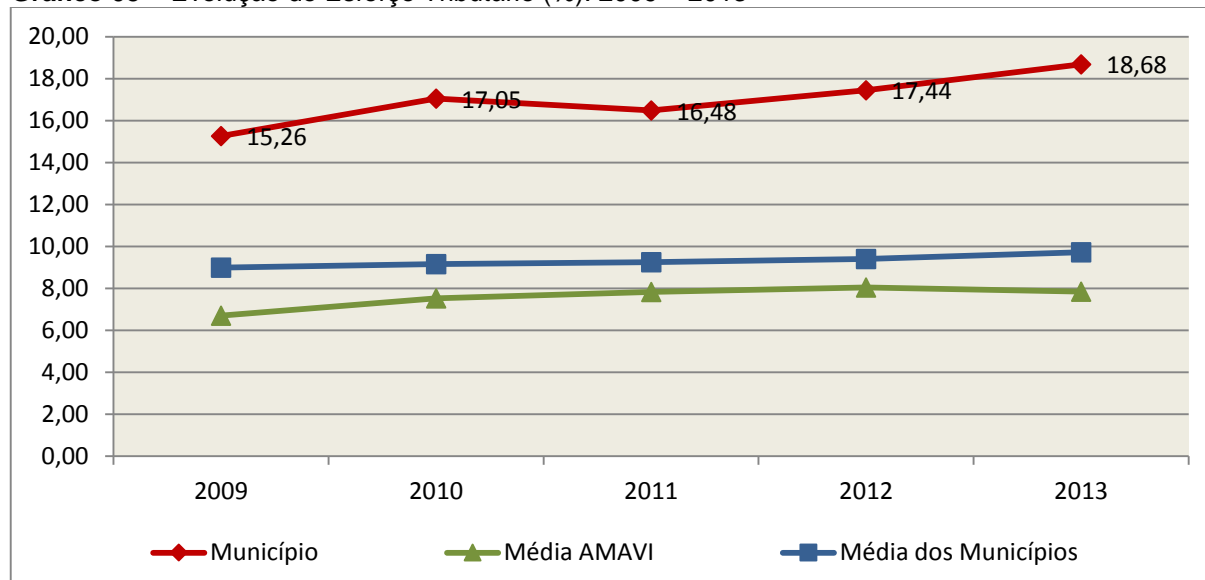


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **63,80%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2009 – 2013

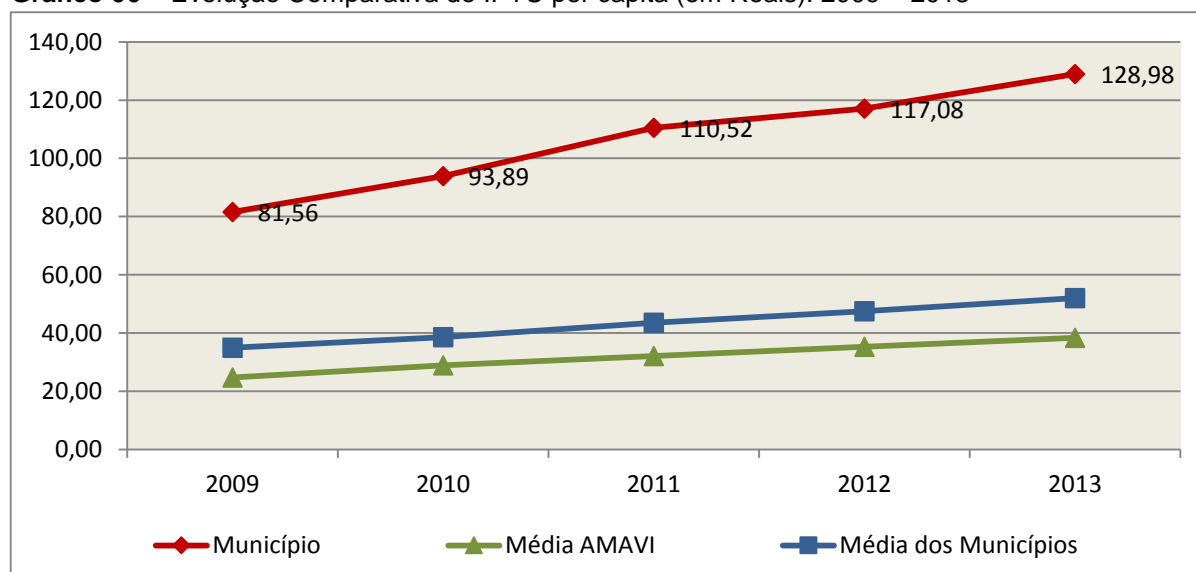


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

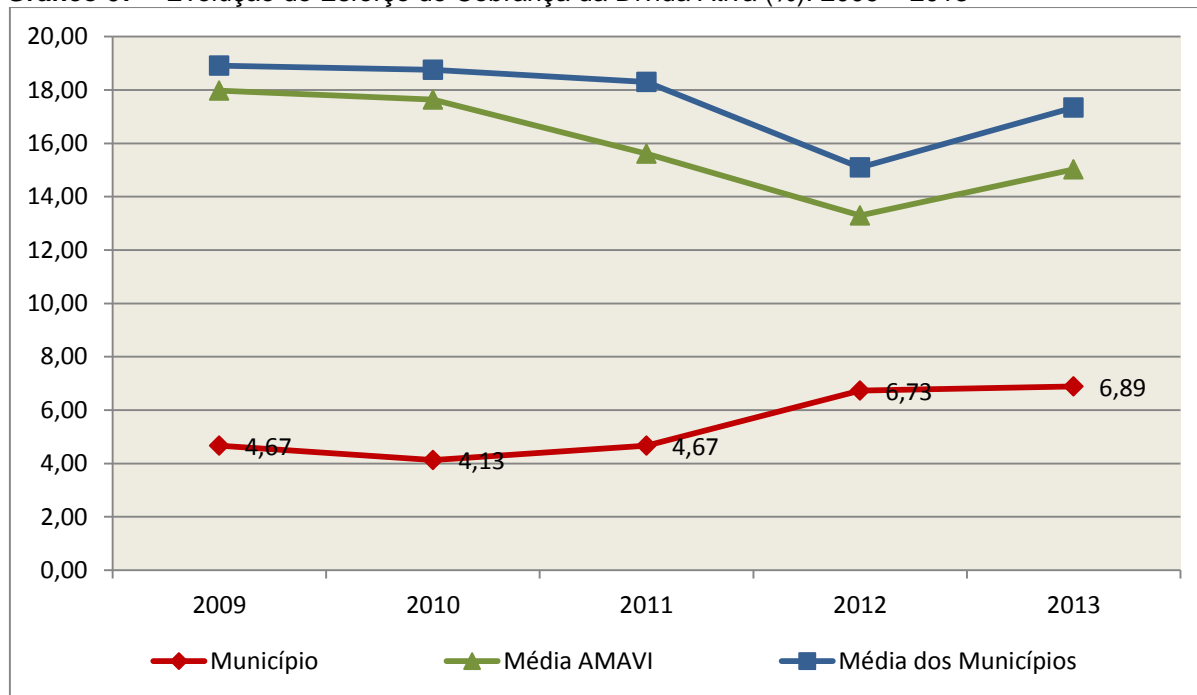
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2013

| Saldo Anterior | Inscrição | Atualização, juros e multa | Provisão (líquida) | Recebimento | Outras Baixas | Saldo Final |
|----------------|-----------|----------------------------|--------------------|--------------|---------------|---------------|
| 23.894.784,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.645.770,34 | 0,00 | 22.249.014,09 |

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2013

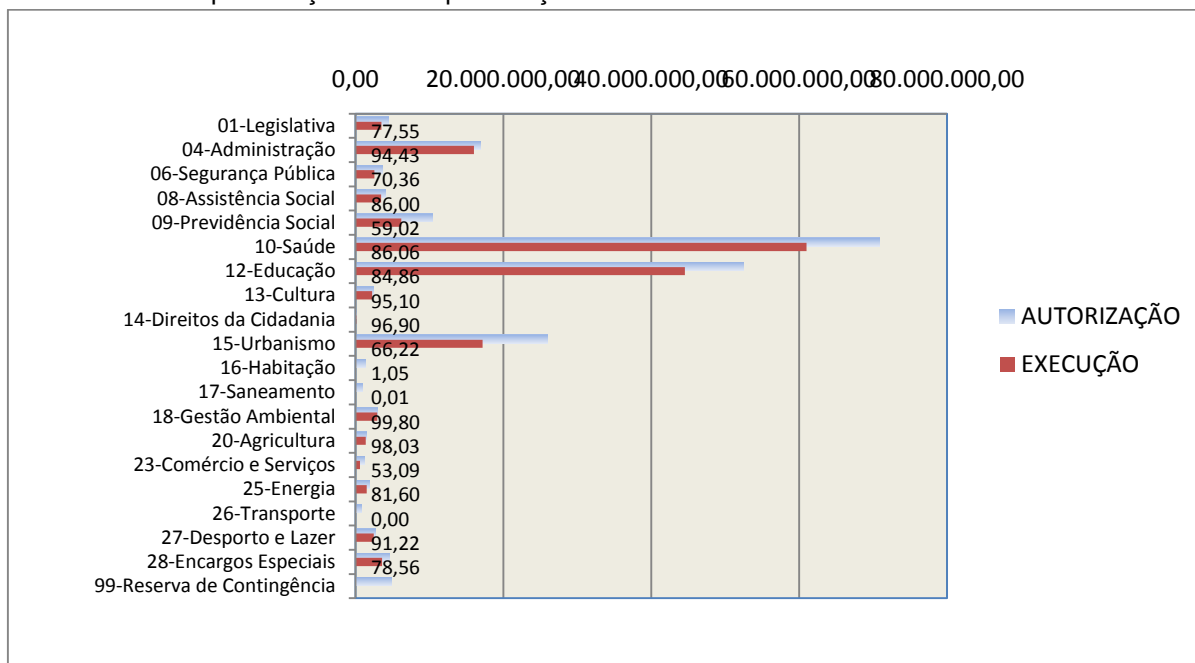
| DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO | AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$) | EXECUÇÃO ² (R\$) | % EXECUTADO |
|-------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|--------------|
| 01-Legislativa | 4.509.142,16 | 3.496.989,79 | 77,55 |
| 04-Administração | 16.948.074,26 | 16.004.766,35 | 94,43 |
| 06-Segurança Pública | 3.610.503,50 | 2.540.479,16 | 70,36 |
| 08-Assistência Social | 4.033.310,68 | 3.468.465,74 | 86,00 |
| 09-Previdência Social | 10.490.000,00 | 6.191.168,85 | 59,02 |
| 10-Saúde | 70.892.349,21 | 61.007.121,56 | 86,06 |
| 12-Educação | 52.525.935,61 | 44.575.919,45 | 84,86 |
| 13-Cultura | 2.376.500,00 | 2.260.144,17 | 95,10 |
| 14-Direitos da Cidadania | 131.247,48 | 127.176,99 | 96,90 |
| 15-Urbanismo | 25.952.330,87 | 17.186.822,25 | 66,22 |
| 16-Habitação | 1.300.000,00 | 13.699,65 | 1,05 |
| 17-Saneamento | 960.000,00 | 67,20 | 0,01 |
| 18-Gestão Ambiental | 2.958.651,60 | 2.952.866,35 | 99,80 |
| 20-Agricultura | 1.433.290,29 | 1.405.072,88 | 98,03 |
| 23-Comércio e Serviços | 1.171.064,64 | 621.705,69 | 53,09 |
| 25-Energia | 1.850.000,00 | 1.509.590,05 | 81,60 |
| 26-Transporte | 805.000,00 | - | - |
| 27-Desporto e Lazer | 2.697.075,87 | 2.460.305,97 | 91,22 |
| 28-Encargos Especiais | 4.608.000,00 | 3.619.944,12 | 78,56 |
| 99-Reserva de Contingência | 4.864.400,00 | - | - |
| TOTAL DA DESPESA | 214.116.876,17 | 169.442.306,22 | 79,14 |

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2013



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2009 – 2013

| DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|-------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 01-Legislativa | 2.621.016,38 | 2.604.178,16 | 2.898.447,59 | 3.240.337,64 | 3.496.989,79 |
| 04-Administração | 9.280.342,04 | 10.336.383,00 | 13.811.603,20 | 15.839.341,00 | 16.004.766,35 |
| 06-Segurança Pública | 1.379.172,04 | 2.066.370,93 | 5.534.664,40 | 2.602.558,98 | 2.540.479,16 |
| 08-Assistência Social | 2.085.616,12 | 2.613.463,20 | 3.228.672,68 | 3.472.920,33 | 3.468.465,74 |
| 09-Previdência Social | 2.923.064,17 | 3.604.300,76 | 4.276.084,34 | 5.224.139,33 | 6.191.168,85 |
| 10-Saúde | 40.356.401,90 | 44.308.381,54 | 50.173.660,82 | 54.627.535,18 | 61.007.121,56 |
| 12-Educação | 22.605.658,96 | 28.805.494,17 | 33.906.437,69 | 46.307.940,89 | 44.575.919,45 |
| 13-Cultura | 1.704.440,43 | 2.031.360,07 | 1.964.488,64 | 2.017.063,84 | 2.260.144,17 |
| 14-Direitos da Cidadania | 110.201,16 | 128.898,45 | 124.757,50 | 113.856,78 | 127.176,99 |
| 15-Urbanismo | 11.343.926,97 | 17.619.595,80 | 15.357.179,29 | 19.372.890,52 | 17.186.822,25 |
| 16-Habituação | 75.348,02 | - | - | 484.769,21 | 13.699,65 |
| 17-Saneamento | 325.765,46 | 734.467,20 | 1.682.240,04 | 8.501.458,87 | 67,20 |
| 18-Gestão Ambiental | 1.466.238,83 | 1.701.135,73 | 1.587.164,78 | 2.977.830,50 | 2.952.866,35 |
| 20-Agricultura | 1.336.913,55 | 1.240.594,76 | 1.424.007,78 | 1.863.671,74 | 1.405.072,88 |
| 22-Indústria | - | 14.800,00 | - | - | - |
| 23-Comércio e Serviços | 1.464.166,45 | 1.291.934,32 | 984.567,75 | 1.052.847,44 | 621.705,69 |
| 25-Energia | 1.752.073,47 | 1.855.635,52 | 1.458.809,52 | 1.738.867,99 | 1.509.590,05 |

| DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 26-Transporte | 10.504.828,87 | - | - | - | - |
| 27-Desporto e Lazer | 1.468.395,71 | 1.811.697,42 | 2.162.080,82 | 2.932.436,92 | 2.460.305,97 |
| 28-Encargos Especiais | 5.595.780,67 | 1.709.172,90 | 2.449.139,69 | 1.351.949,34 | 3.619.944,12 |
| TOTAL DA DESPESA REALIZADA | 118.399.351,20 | 124.477.863,93 | 143.024.006,53 | 173.722.416,50 | 169.442.306,22 |

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2013

| RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos) | Valor (R\$) | % |
|--|----------------------|---------------|
| Imposto Predial e Territorial Urbano | 8.416.560,57 | 9,77 |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza | 11.507.055,09 | 13,36 |
| Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza | 1.729.194,84 | 2,01 |
| Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis | 2.769.953,29 | 3,22 |
| Cota do ICMS | 30.434.908,92 | 35,34 |
| Cota-Parte do IPVA | 7.239.427,87 | 8,41 |
| Cota-Parte do IPI sobre Exportação | 467.838,36 | 0,54 |
| Cota-Parte do FPM | 22.035.674,40 | 25,58 |
| Cota do ITR | 32.720,00 | 0,04 |
| Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96 | 152.172,14 | 0,18 |
| Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos | 634.566,05 | 0,74 |
| Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos | 708.581,20 | 0,82 |
| TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS | 86.128.652,73 | 100,00 |

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2013

| DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO | Valor (R\$) |
|---|-----------------------|
| Receitas Correntes Arrecadadas | 182.788.193,30 |
| (-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB | 11.883.102,79 |
| (-) Compensação entre Regimes de Previdência | 58.185,29 |
| (-) Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência e/ou Assistência | 4.644.990,06 |
| TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | 166.201.915,16 |

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Rio do Sul (em Reais): 2012 – 2013

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|-----------------------|-----------------------|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2012 | 2013 | | 2012 | 2013 |
| Financeiro | 87.563.203,03 | 101.375.488,40 | Financeiro | 9.922.788,61 | 12.390.859,48 |
| Disponível | 87.568.615,25 | 101.294.826,41 | Depósitos | 1.341.328,69 | 1.829.647,26 |
| Bancos Conta Movimento | 82.319.523,10 | 88.360.950,71 | Consignações | 1.262.888,50 | 1.485.046,75 |
| Bancos Conta Vinculada | 5.748.570,28 | 13.414.656,55 | Depósitos de Diversas Origens | 78.440,19 | 344.600,51 |
| (-) Provisão para Perdas em Investimentos do RPPS | 499.478,13 | 480.780,85 | Restos a Pagar | 8.581.459,92 | 10.561.212,22 |
| Realizável | -5.412,22 | 80.661,99 | Obrigações a Pagar | 8.581.459,92 | 10.561.212,22 |
| Créditos a Receber | -5.412,22 | 80.661,99 | | | |
| Permanente | 91.970.697,92 | 92.761.269,61 | Permanente | 73.742.677,23 | 73.808.470,72 |
| Dívida Ativa | 23.894.784,43 | 22.249.014,09 | Dívida Fundada | 8.634.481,21 | 9.082.813,81 |
| Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo | 1.393.000,00 | - | Débitos Consolidados | 2.133.787,93 | 1.751.248,82 |
| Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo | 22.501.784,43 | 22.249.014,09 | Dívidas Renegociadas | 385.372,04 | 2.832,93 |
| Realizável a Longo Prazo | 14.671,46 | 14.671,46 | Obrigações a Pagar | 1.748.415,89 | 1.748.415,89 |
| Investimentos do RPPS - LP | 0,00 | 14.671,46 | Diversos | 62.974.408,09 | 62.974.408,09 |
| Imobilizado | 68.061.242,03 | 70.497.584,06 | Provisões Matemáticas Previdenciárias | 62.974.408,09 | 62.974.408,09 |
| Bens Móveis e Imóveis | 68.061.242,03 | 70.497.584,06 | DIVERSAS PROVISÕES | 0,00 | 0,00 |
| Bens Imóveis | 46.764.480,33 | 48.139.180,14 | Valores Pendentes a Longo Prazo | 0,00 | 0,00 |
| Bens Móveis | 21.296.761,70 | 22.358.403,92 | | | |
| ATIVO REAL | 179.533.900,95 | 194.136.758,01 | PASSIVO REAL | 83.665.465,84 | 86.199.330,20 |
| SALDO PATRIMONIAL | 0,00 | 0,00 | SALDO PATRIMONIAL | 95.868.435,11 | 107.937.427,81 |
| | | | Ativo Real Líquido | 95.868.435,11 | 107.937.427,81 |
| TOTAL | 179.533.900,95 | 194.136.758,01 | TOTAL | 179.533.900,95 | 194.136.758,01 |

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 5.804.876,27** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,68** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 7.128.646,28** passando de um Déficit de **R\$ 1.323.770,01** para um Superávit de **R\$ 5.804.876,27**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 2.521.232,46**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2012 - 2013

| Grupo Patrimonial | Saldo inicial | Saldo final | Variação |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|
| Ativo Financeiro | 87.563.203,03 | 101.375.488,40 | 13.812.285,37 |
| Passivo Financeiro | 9.922.788,61 | 12.390.859,48 | 2.468.070,87 |
| Saldo Patrimonial Financeiro | 77.640.414,42 | 88.984.628,92 | 11.344.214,50 |
| Ativo Financeiro do RPPS | 78.973.764,86 | 83.196.073,19 | 4.222.308,33 |
| Passivo Financeiro do RPPS | 9.580,43 | 16.320,54 | 6.740,11 |
| Saldo Patrimonial Financeiro s/ RPPS | -1.323.770,01 | 5.804.876,27 | 7.128.646,28 |

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: O Ativo Financeiro no montante de R\$ 83.196.073,19, assim como o Passivo Financeiro no montante de R\$ 16.320,54, se referem exclusivamente ao RPPS.

Obs.: Sobre a divergência entre as Transferências Financeiras Recebidas e as Concedidas, vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro ajustado sem RPPS e o resultado da execução orçamentária ajustada sem RPPS no montante de R\$ 232.279,01, considerando o cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 997.143,28, em parte se refere a divergência entre as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas no valor de R\$ 200.191,38, constando nas Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2013, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Rio do Sul, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11 A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

Quadro 11 A - Apuração do Resultado Financeiro (em Reais)

| FONTE DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | Superávit / Déficit |
|---|---|---------------------|
| RECURSOS VINCULADOS | | |
| 00 - Recursos Ordinários * | 0,00 | Superávit |
| 03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira) | 0,00 | Superávit |
| 14 - Transf de Recursos do Sistema Único de Saúde: SUS | -2.324,86 | Déficit |
| 18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ 212.089,79 | 344.034,23 | Superávit |
| 19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 131.944,44 | | |
| 23 - Transferências de Convênios - Saúde | 4.732.696,84 | Superávit |
| 24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social) | 4.271.688,17 | Superávit |
| 43 - Outras Especificações | -18.796,89 | Déficit |
| 52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social | 714.283,69 | Superávit |
| 54 - Convênio Trânsito - Militar | 229.864,05 | Superávit |
| 55 - Convênio Trânsito - Civil | 352.077,91 | Superávit |
| 58 - Salário Educação | 1.356.738,15 | Superávit |
| 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE | -211.199,08 | Déficit |
| 61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE | 108.396,60 | Superávit |
| 62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE | 920.076,89 | Superávit |
| 64 - Atenção Básica | 4.802.631,06 | Superávit |
| 65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar | 4.215.664,36 | Superávit |
| 66 - Vigilância em Saúde | 678.488,22 | Superávit |
| 67 - Assistência Farmacêutica Básica | 782.527,54 | Superávit |
| 70 - Gestão SUS | 23.993.508,04 | Superávit |
| 83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas | 2.882.515,30 | Superávit |
| SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | -232.320,83 | |
| RECURSOS ORDINÁRIOS | | |
| 00 - Recursos Ordinários | -81.891.389,28 | |
| 01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | 21.572.694,43 | |
| 02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 15.970.700,90 | |
| TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS | -44.347.993,95 | Déficit |

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge.

* As disponibilidades da Câmara Municipal de Rio do Sul e do Fundo Municipal Aposentadoria e Pensões de Rio do Sul, foram consideradas como recursos vinculados.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2009 – 2013

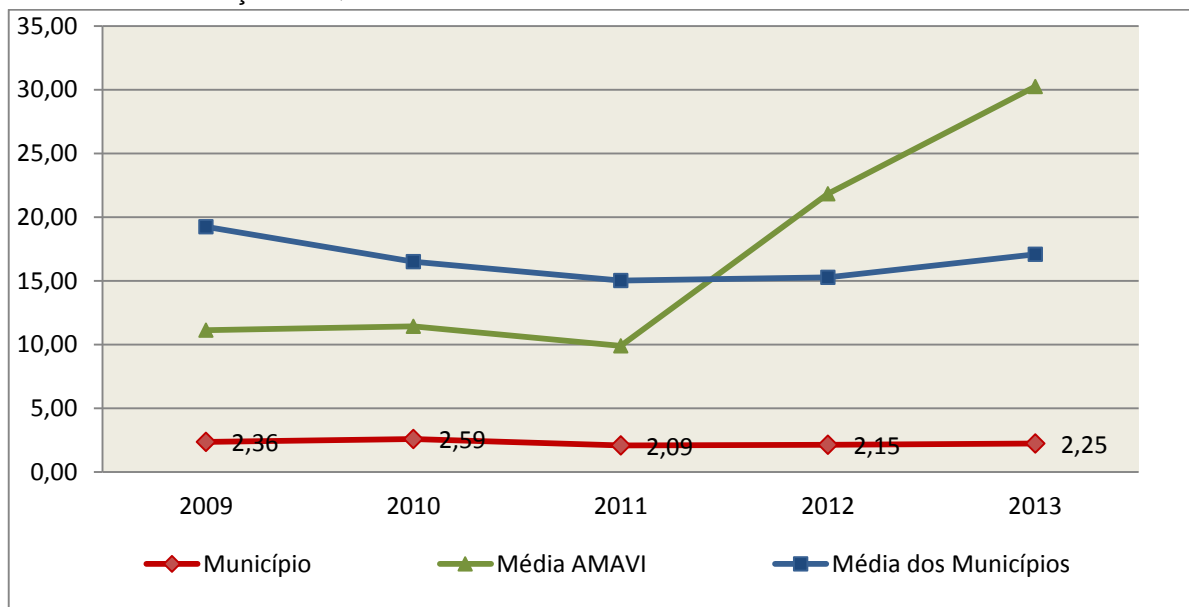
| ITENS / ANO | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 1 Despesa Executada | 118.399.351,20 | 124.477.863,93 | 143.024.006,53 | 173.722.416,50 | 169.442.306,22 |
| 2 Restos a Pagar | 3.349.106,16 | 6.242.583,27 | 9.861.519,84 | 8.581.459,92 | 10.561.212,22 |
| 3 Ativo Financeiro Ajustado - Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor | 6.148.283,98 | 9.411.113,29 | 17.719.294,49 | 8.589.438,17 | 18.179.415,21 |
| 4 Passivo Financeiro Ajustado – Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor | 3.810.847,37 | 6.770.041,16 | 10.634.809,97 | 9.913.208,18 | 12.374.538,94 |
| 5 Ativo Real | 128.286.798,72 | 146.356.142,11 | 165.330.844,39 | 179.533.900,95 | 194.136.758,01 |
| 6 Passivo Real | 54.398.781,29 | 56.471.434,96 | 79.136.008,87 | 83.665.465,84 | 86.199.330,20 |
| QUOCIENTES | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Resultado Patrimonial (5÷6) | 2,36 | 2,59 | 2,09 | 2,15 | 2,25 |
| Situação Financeira (3÷4) | 1,61 | 1,39 | 1,67 | 0,87 | 1,47 |
| Restos a Pagar (2÷1)*100 | 2,83 | 5,02 | 6,90 | 4,94 | 6,23 |

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2009 – 2013



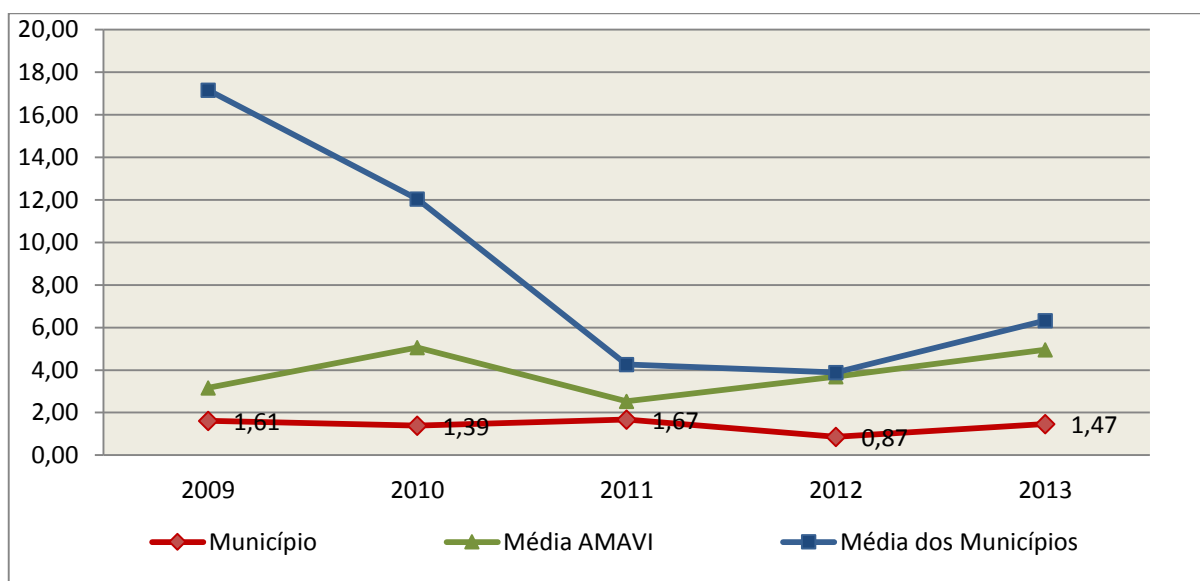
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2013 o Ativo Real apresenta-se **2,25** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

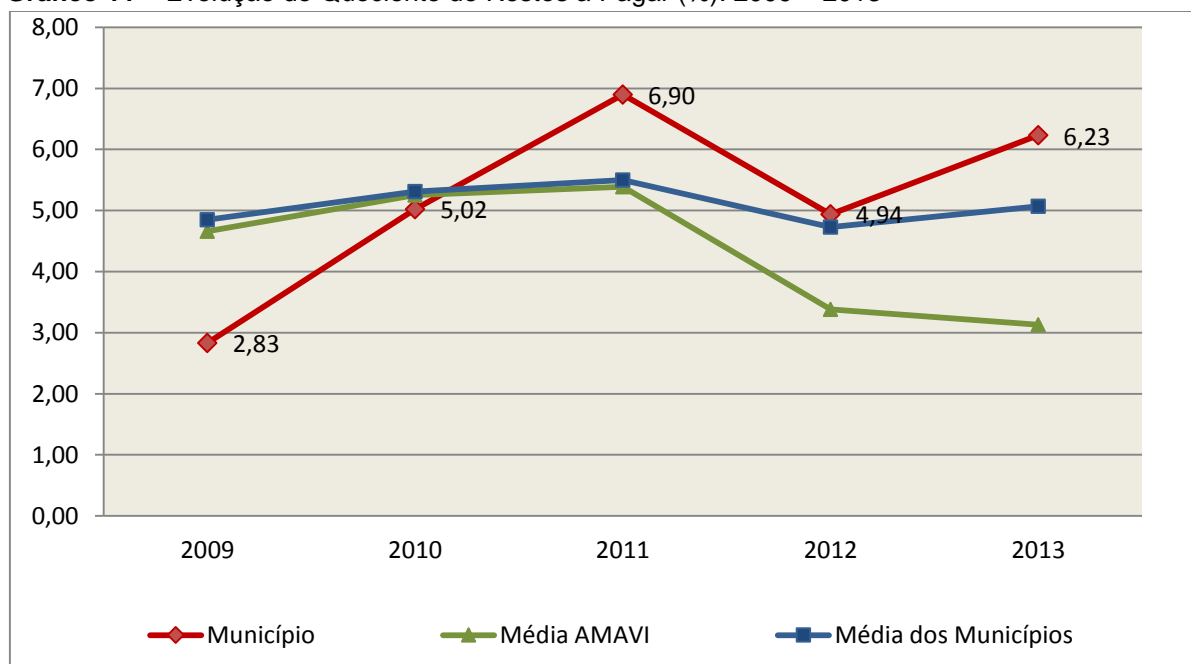
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2013 o Ativo Financeiro representa **1,47** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Rio do Sul é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **6,23%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2013 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 15.972.722,76** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **18,55%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 3.053.424,85**, representando **3,55%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2013

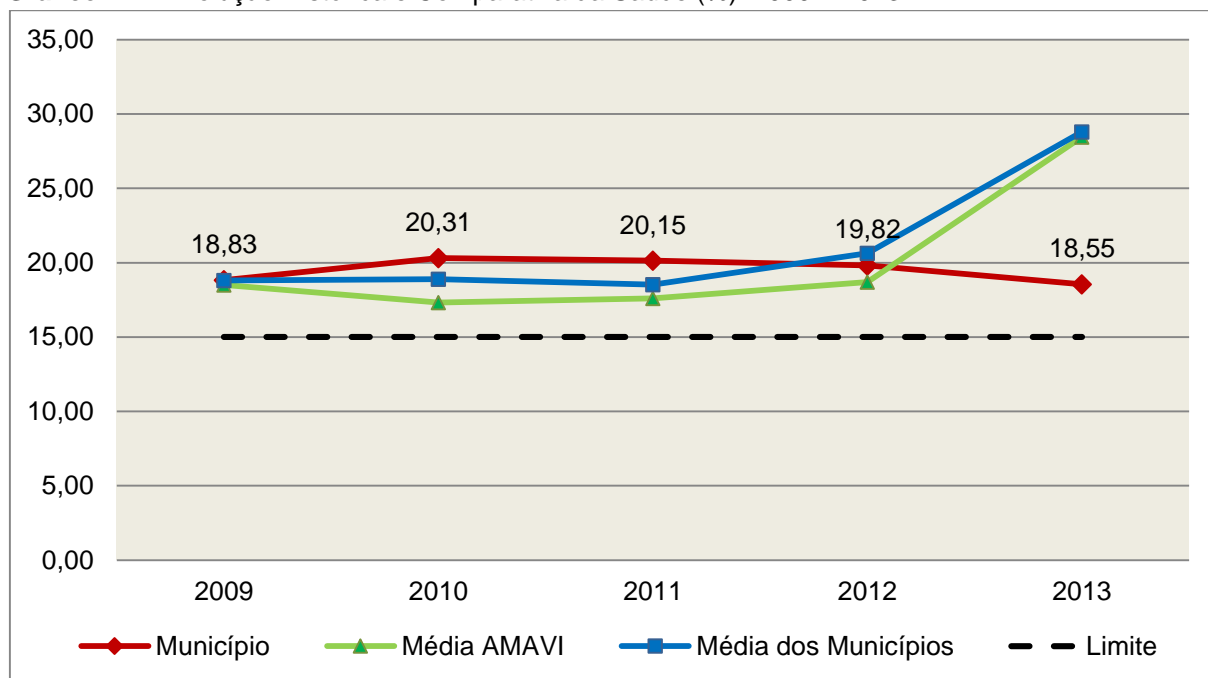
| COMPONENTE | VALOR (R\$) | % |
|--|----------------------|---------------|
| Total da Receita com Impostos | 86.128.652,73 | 100,00 |
| Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde | 61.007.121,56 | 70,83 |
| Atenção Básica | 25.983.318,46 | 30,17 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 34.710.582,62 | 40,30 |
| Vigilância Sanitária | 34.134,95 | 0,04 |
| Vigilância Epidemiológica | 279.085,53 | 0,32 |
| (-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde* | 45.034.398,80 | 52,29 |
| Total das Despesas para Efeito do Cálculo | 15.972.722,76 | 18,55 |
| Valor Mínimo a ser Aplicado | 12.919.297,91 | 15,00 |
| Valor Acima do Limite | 3.053.424,85 | 3,55 |

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Rio do Sul em 2013 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2013) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 30.054.648,44** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **34,90%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 8.522.485,26**, representando **9,90%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2013

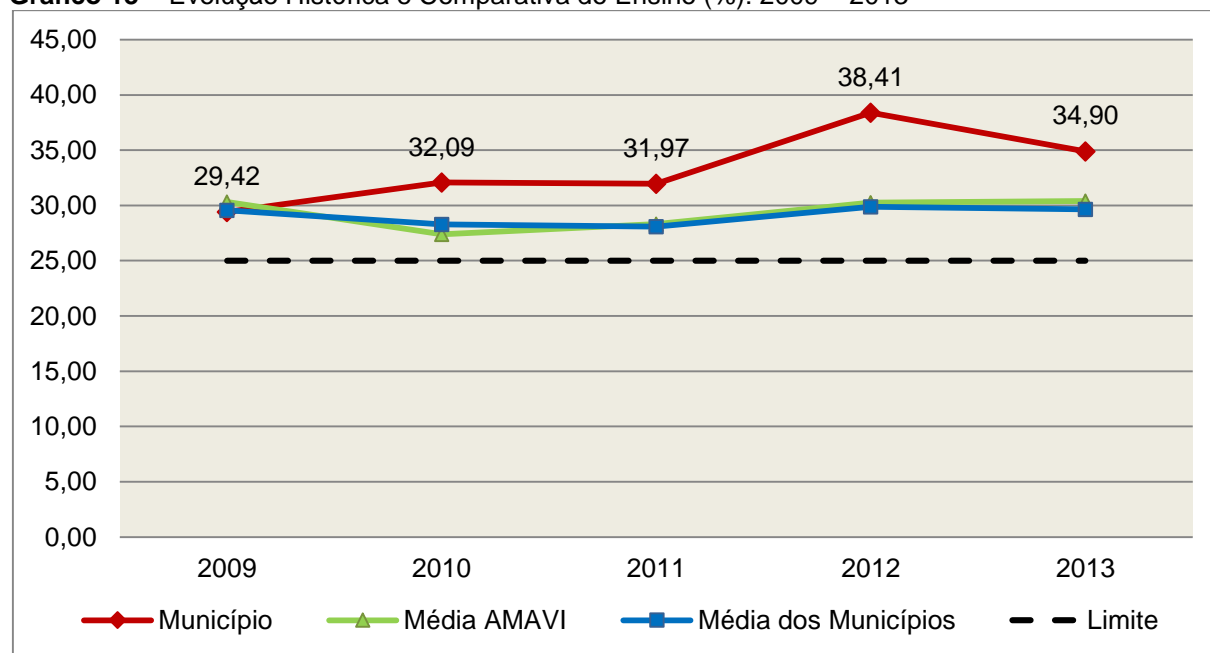
| COMPONENTE | VALOR (R\$) | % |
|--|----------------------|---------------|
| Total da Receita com Impostos | 86.128.652,73 | 100,00 |
| Valor Aplicado Educação Infantil | 22.377.673,62 | 25,98 |
| Educação Infantil | 22.377.673,62 | 25,98 |
| Valor Aplicado Ensino Fundamental | 19.967.315,68 | 23,18 |
| Ensino Fundamental | 19.967.315,68 | 23,18 |
| Valor Aplicado Ensino Básico | 345.720,28 | - |
| Valor Aplicado Administração Ligada ao Ensino | 345.720,28 | - |
| (-) Total das Deduções com Educação Básica* | 3.146.546,18 | 3,65 |
| (-) Ganho com FUNDEB | 9.459.297,80 | 10,98 |
| (-) Rendimentos de Aplicações Financeiras | 30.217,16 | 0,04 |
| Total das Despesas para efeito de Cálculo | 30.054.648,44 | 34,90 |
| Valor Mínimo a ser Aplicado | 21.532.163,18 | 25,00 |
| Valor Acima do Limite (25%) | 8.522.485,26 | 9,90 |

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Rio do Sul em 2013 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 13.726.952,77**, equivalendo a **64,23%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

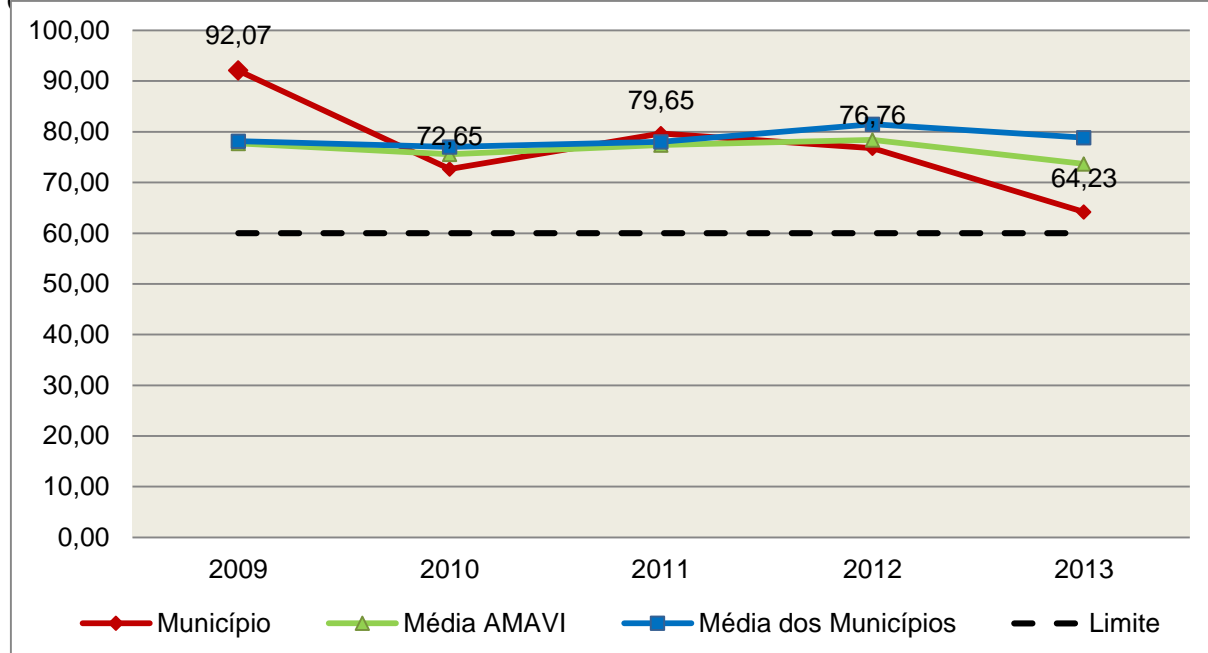
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2013

| COMPONENTE | VALOR (R\$) |
|--|----------------------|
| Transferências do FUNDEB | 21.342.400,59 |
| (+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB | 30.217,16 |
| Total dos recursos oriundos do FUNDEB | 21.372.617,75 |
| 60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB | 12.823.570,65 |
| Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB | 13.726.952,77 |
| Valor Acima do Limite | 903.382,12 |

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 21.028.583,52**, equivalendo a **98,39%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2013

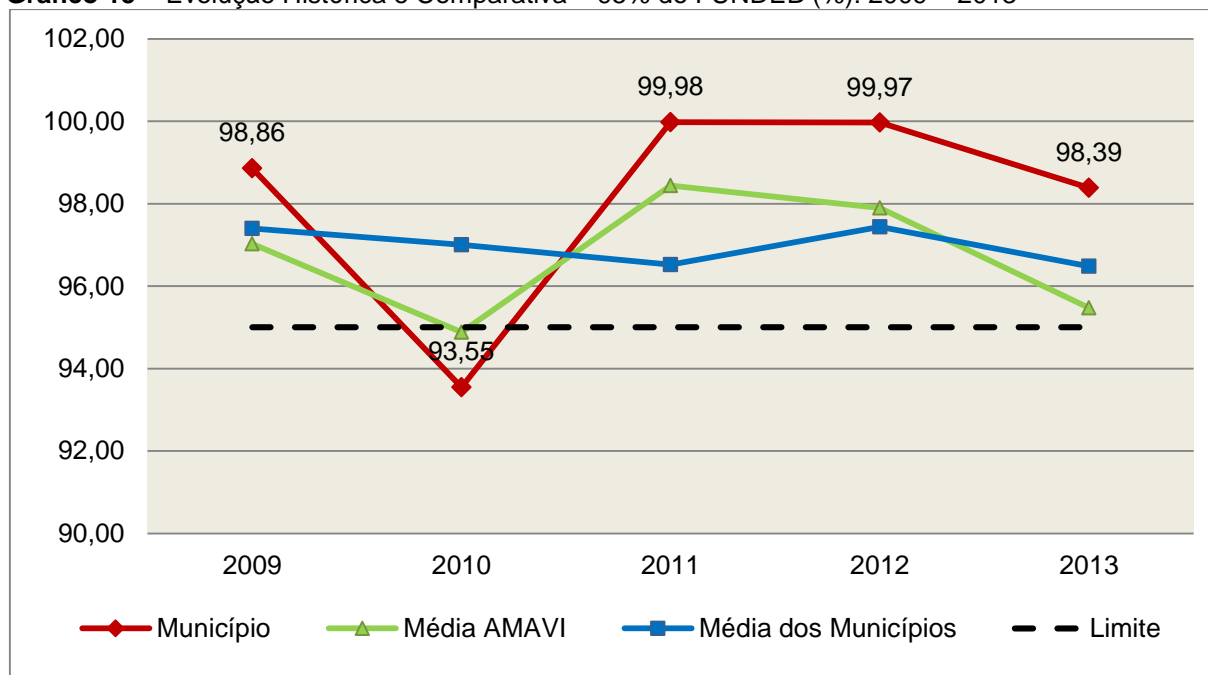
| COMPONENTE | VALOR (R\$) |
|--|----------------------|
| Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB | 21.372.617,75 |
| 95% dos Recursos do FUNDEB | 20.303.986,86 |
| Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB * | 21.028.583,52 |
| Valor Acima do Limite | 724.596,66 |

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Rio do Sul reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre sem a abertura de crédito adicional, parcialmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB no valor de **R\$ 5.379,02**, quando o saldo total era de **R\$ 5.976,98**, **DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007 (Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal).

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2013: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

| COMPONENTE | VALOR (R\$) |
|---|-------------------|
| Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2013 | 364.356,06 |
| (-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB | 20.321,83 |
| (=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados | 344.034,23 |

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2013

| COMPONENTE | VALOR (R\$) | % |
|--|-----------------------|---------------|
| TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | 166.201.915,16 | 100,00 |
| LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | 99.721.149,10 | 60,00 |
| Despesas com Pessoal do Poder Executivo | 69.255.765,00 | 41,67 |
| Pessoal e Encargos | 69.255.765,00 | 41,67 |
| Despesas com Pessoal do Poder Legislativo | 2.631.009,70 | 1,58 |
| Pessoal e Encargos | 2.631.009,70 | 1,58 |
| Total das deduções das despesas com pessoal* | 5.683,73 | - |
| TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO | 71.881.090,97 | 43,25 |
| Valor Abaixo do Limite (60%) | 27.840.058,13 | 16,75 |

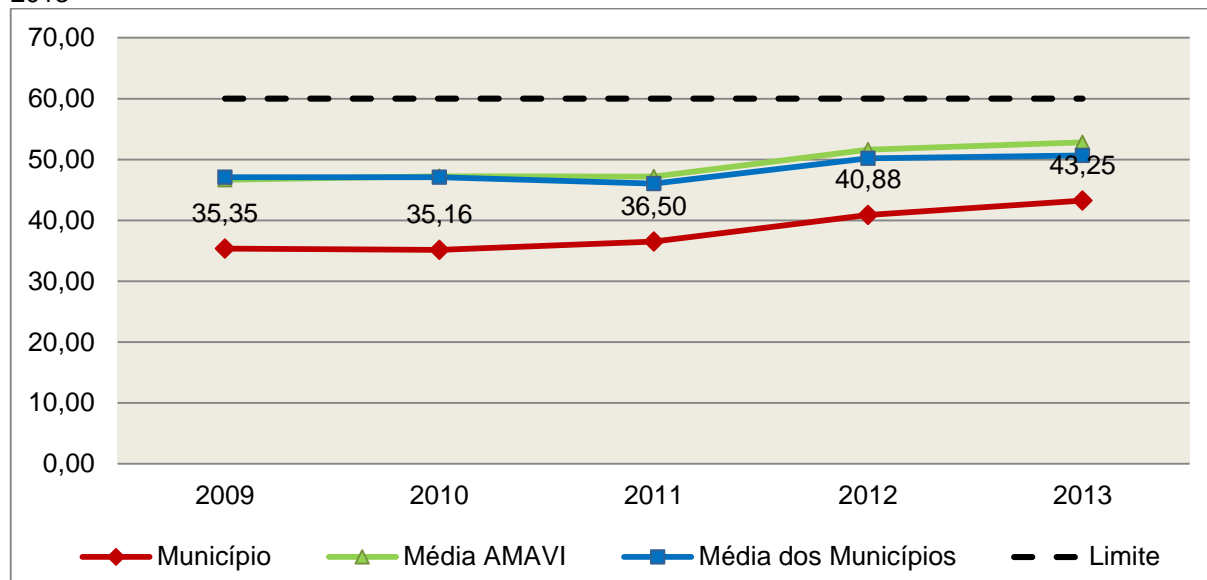
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **43,25%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Rio do Sul, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2013

| COMPONENTE | VALOR (R\$) | % |
|--|-----------------------|---------------|
| TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | 166.201.915,16 | 100,00 |
| LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | 89.749.034,19 | 54,00 |
| Despesas com Pessoal do Poder Executivo | 69.255.765,00 | 41,67 |
| Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo* | 412,90 | - |
| Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo | 69.255.352,10 | 41,67 |
| Valor Abaixo do Limite (54%) | 20.493.682,09 | 12,33 |

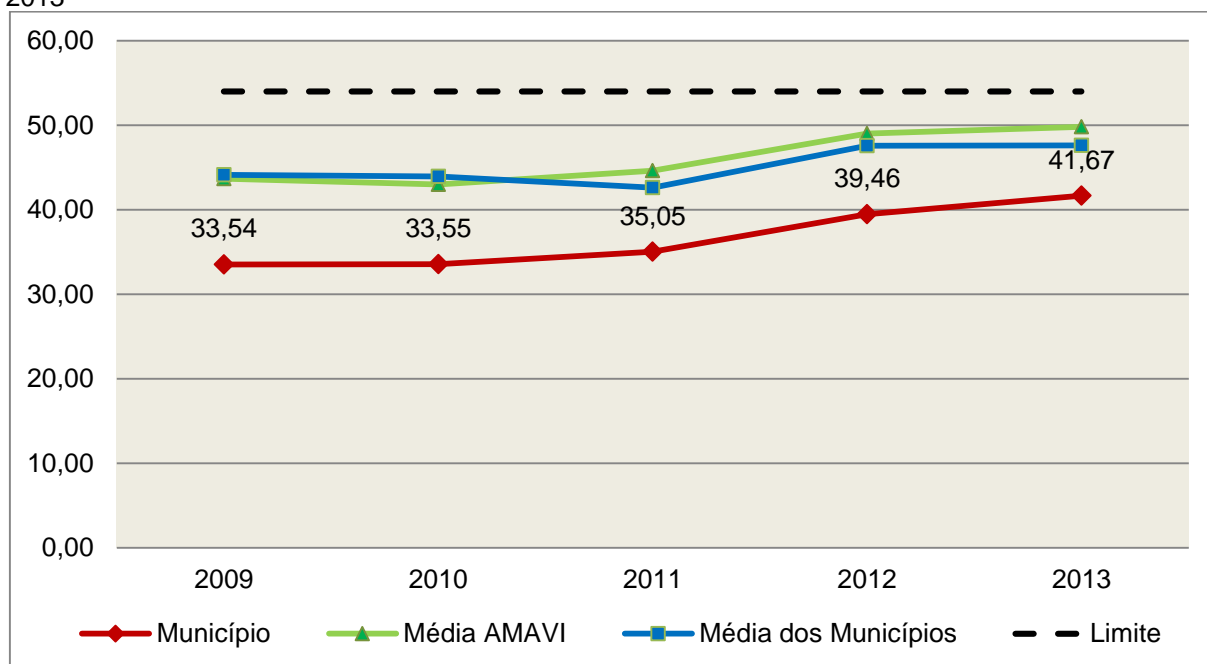
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **41,67%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2013

| COMPONENTE | VALOR (R\$) | % |
|--|-----------------------|---------------|
| TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | 166.201.915,16 | 100,00 |
| LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | 9.972.114,91 | 6,00 |
| Despesas com Pessoal do Poder Legislativo | 2.631.009,70 | 1,58 |
| Deduções com pessoal do Poder Legislativo* | 5.270,83 | - |
| Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo | 2.625.738,87 | 1,58 |
| Valor Abaixo do Limite (6%) | 7.346.376,04 | 4,42 |

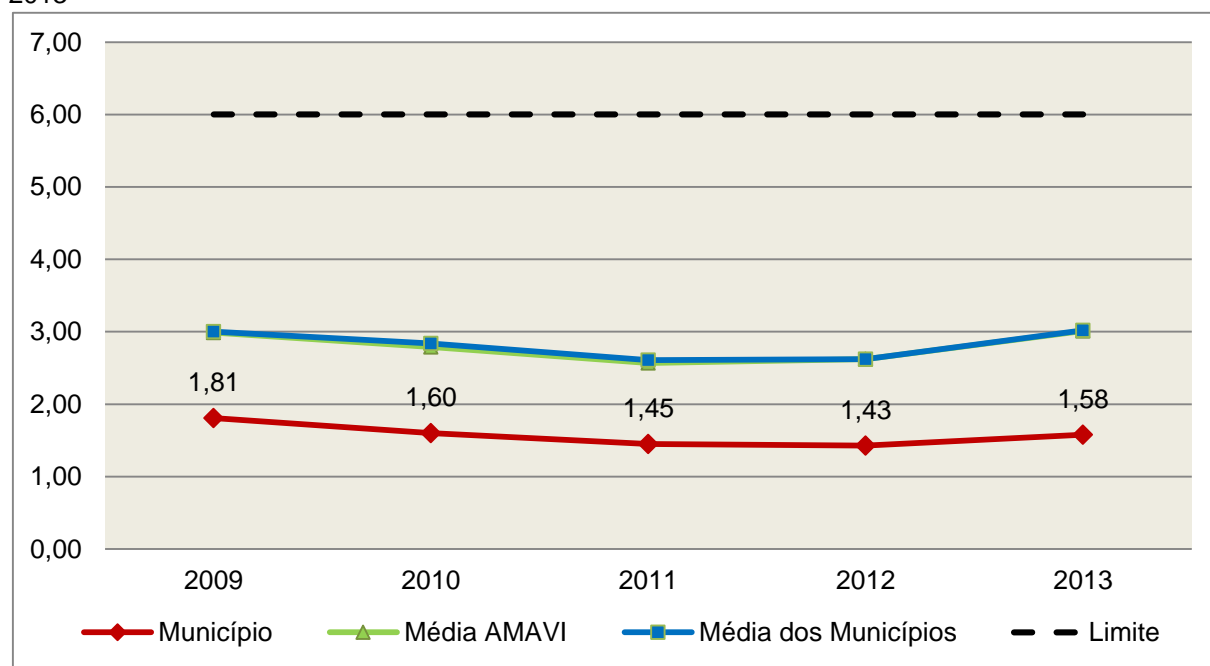
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **1,58%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[....]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Rio do Sul**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁵.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

⁵ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Rio do Sul**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas.

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Rio do Sul**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Rio do Sul, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 7.207,31) representa 0,01% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 92.972.765,73).

Considerando que quando da abertura de vistas do presente Processo, a Unidade encaminhou a documentação referente aos atos de posse e a nominata dos Conselheiros do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como os Planos de Ação e Aplicação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA (fls. 389/398), verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 390/392;

2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da 12001 GABINETE DO SECRETARIO DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, conforme fls. 287.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Rio do Sul**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas.

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Rio do Sul**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas.

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Rio do Sul**, a análise do Parecer do Conselho Municipal do Idoso indica que as contas foram aprovadas.

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

- I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
- II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;
- III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

- I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;
- II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Rio do Sul**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

| I – QUANTO À FORMA | |
|--|----------------|
| Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010) | CUMPRIU |
| Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010) | CUMPRIU |
| Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010) | CUMPRIU |
| Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010) | CUMPRIU |

| I – QUANTO AO CONTEÚDO | |
|--|-------------------|
| DESPESA | |
| (art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010) | |
| a) o valor do empenho, liquidação e pagamento | CUMPRIU |
| b) o número do empenho | CUMPRIU |
| c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto | CUMPRIU |
| d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários | CUMPRIU |
| e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo | DESCUMPRIU |
| f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso | CUMPRIU |

| RECEITA (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010) | |
|---|------------|
| a) previsão | CUMPRIU |
| b) lançamento | DESCUMPRIU |
| c) arrecadação | CUMPRIU |

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 16/12/2013 (fls. fls. 312).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

8. RESTRIÇÕES APURADAS

8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 8.1.1 Aplicação parcial no valor de **R\$ 5.379,02**, no primeiro trimestre de 2013, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no montante de **R\$ 5.976,98**, sem a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (itens 1.2.2.1 e 5.2.2, limite 3);
- 8.1.2 Divergência, no valor de **R\$ 200.191,38**, entre as Transferências Financeiras Recebidas (R\$ 27.491.646,06) e as Transferências Financeiras Concedidas (R\$ 27.291.454,68), evidenciadas no Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, caracterizando afronta ao artigo 85 da referida Lei (item 1.2.2.2 e Anexo 13, fl. 221);
- 8.1.3 Divergência, no valor de **R\$ 232.279,01**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 7.128.646,28) e o resultado da execução orçamentária – Superávit (R\$ 5.899.223,99), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 997.143,28, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (itens 1.2.2.3 e 3.1, quadro 02, item 4.2, quadro 11);

- 8.1.4 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, I e II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (itens 1.2.2.4 e Capítulo 7).

9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013

Quadro 21 – Síntese

| | | |
|--|--|------------------|
| 1) Balanço Anual Consolidado | Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise. | |
| 2) Resultado Orçamentário | Superávit | R\$ 5.899.223,99 |
| 3) Resultado Financeiro | Superávit | R\$ 5.804.876,27 |
| 4) LIMITES | PARÂMETRO MÍNIMO | REALIZADO |
| 4.1) Saúde | 15,00% | 18,55% |
| 4.2) Ensino | 25,00% | 34,90% |
| 4.3) FUNDEB | 60,00% | 64,23% |
| | 95,00% | 98,39% |
| 4.4) Despesas com pessoal | PARÂMETRO MÁXIMO | REALIZADO |
| a) Município | 60,00% | 43,25% |
| b) Poder Executivo | 54,00% | 41,67% |
| c) Poder Legislativo | 6,00% | 1,58% |
| 4.5) L.C. Nº 131/2009 E DEC. Nº 7.185/2010 | DESCUMPRIU | |

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2013 do Município de Rio do Sul**.

Diante das **Restrições de Ordem** apuradas no item 8.1, deste Relatório, à vista da Reinstrução procedida, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades apontadas no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,
DMU/Divisão 2, em 21/11/2014.

DEJAIR CESAR TAVARES
Auditor Fiscal de Controle Externo

De Acordo
Em 21/11/2014.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de
Contas de Prefeito

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Kliwer Schmitt
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

| Descrição | R\$ |
|--|----------------------|
| Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde | 44.786.038,04 |
| Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde | 46.357,27 |
| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde não liquidadas e sem cobertura financeira (fl. 314) | 74.390,10 |
| Valor referente a despesas consideradas na Saúde em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 2) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise | 127.613,39 |
| Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município | 45.034.398,80 |

Deduções das Despesas com Educação Básica

| Descrição | R\$ |
|---|---------------------|
| Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil | 699.728,71 |
| Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil | 126.648,34 |
| Despesas com Educação Infantil não liquidadas e sem cobertura financeira (fl. 316) | 249,20 |
| Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental | 1.829.526,24 |
| Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental | 355.956,04 |
| Despesas com Ensino Fundamental não liquidadas e sem cobertura financeira (fl. 315) | 115.253,75 |
| Despesas com Ensino Básico - Administração não liquidadas e sem cobertura financeira (fl. 315) | 10.037,48 |
| Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico - Administração (12.122, 12.123 e 12.128) | 9.146,42 |
| Total das deduções das despesas com Educação Básica | 3.146.546,18 |

Deduções da Despesa com Pessoal

| Descrição | R\$ |
|---|-----------------|
| Executivo: Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.90.92 e 3.1.91.92) | 412,90 |
| Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo | 412,90 |
| Legislativo: Indenizações Restituições Trabalhistas (3.1.90.94 e 3.1.91.94) | 5.270,83 |
| Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Legislativo | 5.270,83 |
| Total das deduções das despesas com pessoal | 5.683,73 |

APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

| Fonte de Recurso | Ano | Sub Função | Valor Empenho (R\$) | Valor Liquidação (R\$) | Valor Pagamento (R\$) |
|--|------|------------|----------------------|------------------------|-----------------------|
| 23 - Transferências de Convênios: Saúde | 2013 | 301 | 4.883.224,31 | 4.673.495,97 | 4.669.564,56 |
| 23 - Transferências de Convênios: Saúde | 2013 | 302 | 91.320,27 | 89.326,87 | 88.945,07 |
| 23 - Transferências de Convênios: Saúde | 2013 | 304 | 5.093,36 | 5.093,36 | 5.093,36 |
| 23 - Transferências de Convênios: Saúde | 2013 | 305 | 48.894,91 | 44.116,75 | 44.116,75 |
| 52 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS | 2013 | 301 | 53.055,67 | 51.721,78 | 51.721,78 |
| 52 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS | 2013 | 302 | 11.235,92 | 11.235,92 | 11.235,92 |
| 64 - Atenção Básica | 2013 | 301 | 4.609.560,55 | 4.530.728,67 | 4.337.056,48 |
| 64 - Atenção Básica | 2013 | 302 | 57.615,00 | 53.405,00 | 53.405,00 |
| 65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar | 2013 | 302 | 3.257.195,05 | 3.251.261,26 | 3.242.301,73 |
| 66 - Vigilância em Saúde | 2013 | 301 | 20.223,40 | 20.223,40 | 20.220,00 |
| 66 - Vigilância em Saúde | 2013 | 304 | 29.041,59 | 27.729,73 | 27.671,93 |
| 66 - Vigilância em Saúde | 2013 | 305 | 230.190,62 | 228.192,62 | 225.744,62 |
| 67 - Assistência Farmacêutica Básica | 2013 | 301 | 602.128,66 | 600.560,86 | 590.740,16 |
| 70 - Gestão SUS | 2013 | 302 | 30.887.258,73 | 30.372.979,73 | 30.372.445,73 |
| TOTAL | | | 44.786.038,04 | 43.960.071,92 | 43.740.263,09 |

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

| Unidade | Fonte de Recurso | Sub Função | Nº Empenho | Data Empenho | Credor | Valor Empenho (R\$) | Valor Liquidação (R\$) | Valor Pagamento (R\$) | Histórico |
|--|---|------------|------------|--------------|--|---------------------|------------------------|-----------------------|---|
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 14 | 02/01/2013 | EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA. | 1.568,32 | 1.568,32 | 1.568,32 | LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE E GERENCIAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS TERRESTRES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDAÇÃO DE DESPORTOS, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 45 | 02/01/2013 | MATRIX INFORMATICA LTDA. | 1.995,00 | 1.995,00 | 1.995,00 | Aquisição de notebook para uso no gabinete do Secretário de Saúde. (Compra Direta Nº 11/2013) |
| Fundo Municipal de | 02 - Receitas de Impostos e | 301 | 130 | 02/01/2013 | GTA GESTAO AMBIENTAL LTDA. | 10.761,15 | 10.761,15 | 10.761,15 | Contratacao de empresa especializada para a coleta, transporte e destinacao final adequada de residuos de saude para atender necessidade das unidades |

| Unidade | Fonte de Recurso | Sub Função | Nº Empenho | Data Empenho | Credor | Valor Empenho (R\$) | Valor Liquidação (R\$) | Valor Pagamento (R\$) | Histórico |
|--|---|------------|------------|--------------|---|---------------------|------------------------|-----------------------|--|
| Saúde de Rio do Sul | Transf de impostos: Saúde | | | | | | | | basicas de saude desta secretaria. (Licitação Nº : 19/2008-CV) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 159 | 02/01/2013 | TO BALE COM.E REPRES.DE EMBALAGENS LTDA | 13,50 | 13,50 | 13,50 | Aquisição de colherinhas para café descartáveis para uso no gabinete do Secretario municipal de saúde (Compra Direta Nº 31/2013) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 683 | 08/02/2013 | DETRAN-DPRF - MULTAS | 68,10 | 68,10 | 68,10 | Pagamento de multa do veículo Gol placa MDH 6256 desta secretaria. Veículo autuado por transitar em velocidade superior a máxima permitida, no dia 12/11/2012 às 09:12 horas, na cidade de Massaranduba (SC). Auto de Infração: 8779245653. (Compra Direta Nº 161/2013) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 684 | 08/02/2013 | DETRAN-DPRF - MULTAS | 102,15 | 102,15 | 102,15 | Pagamento de multa do veículo Gol placa MDH 6256 desta secretaria. Veículo autuado por transitar em velocidade superior a máxima permitida, no dia 23/10/2012 às 17:13 horas, na cidade de Indaial (SC). Auto de Infração: R244525021. (Compra Direta Nº 162/2013) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 685 | 08/02/2013 | DETRAN-DPRF - MULTAS | 102,15 | 102,15 | 102,15 | Pagamento de multa do veículo Gol placa MDH 6256 desta secretaria. Veículo autuado por transitar em velocidade superior a máxima permitida, no dia 13/11/2012 às 14:07 horas, na cidade de Lages (SC). Auto de Infração: 8779246190. (Compra Direta Nº 163/2013) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 686 | 08/02/2013 | DETRAN-DPRF - MULTAS | 68,10 | 68,10 | 68,10 | Pagamento de multa do veículo Palio Fire Economy placa MCH 0114 desta secretaria. Veículo autuado por transitar em velocidade superior a máxima permitida, no dia 31/01/2012 às 11:12 horas, na cidade de Gaspar (SC). Auto de Infração: R237284272. (Compra Direta Nº 164/2013) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 1705 | 04/04/2013 | LEANDRO DA SILVA FERREIRA | 41,86 | 41,86 | 41,86 | DIÁRIA COM VIAGEM A FLORIANÓPOLIS, NO GOLDEN EXECUTIVE HOTEL, REF. TRANSPORTE DE SERVIDORES EM PARTICIPAÇÃO DE CURSO, DIA 04/04/2013, CONF. ROTEIRO ANEXO. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 1828 | 09/04/2013 | TO BALE COM.E REPRES.DE EMBALAGENS LTDA | 10,00 | 10,00 | 10,00 | Aquisição de colherinhas para café descartáveis para uso no gabinete do Secretario municipal de saúde (Compra Direta Nº 437/2013) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 2488 | 13/05/2013 | SUPERMERCADO BUZZI LTDA | 1.188,00 | 1.188,00 | 1.188,00 | Registro de preços para aquisição de cesta básicas para atender necessidade dos bolsistas do Programa Emergencial de Auxílio ao Desemprego, e para aquisição de gêneros alimentícios para reuniões de capacitação, realizadas em |

| Unidade | Fonte de Recurso | Sub Função | Nº Empenho | Data Empenho | Credor | Valor Empenho (R\$) | Valor Liquidação (R\$) | Valor Pagamento (R\$) | Histórico |
|--|---|------------|------------|--------------|----------------------------|---------------------|------------------------|-----------------------|--|
| do Sul | impostos: Saúde | | | | | | | | diversos setores da Secretaria de Saúde. (Licitação Nº : 14/2013-PR) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 2826 | 04/06/2013 | IVETE CAMPESTRINI XAVIER | 4.200,00 | 4.200,00 | 4.200,00 | Contratacao de profissional técnico especializado na área de TFD (Tratamento Fora de Domicilio) para assessoria técnica / operacional ao Departamento de Controle, Avaliacao e Auditoria desta Secretaria. (Licitação Nº : 5/2013-CV) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 3092 | 13/06/2013 | SUPERMERCADO NARDELLI LTDA | 15,94 | 15,94 | 15,94 | Aquisição de gêneros de alimentação para grupo do "planejamento estratégico" para os servidores desta Secretaria. (Compra Direta Nº 813/2013) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 3109 | 13/06/2013 | DETRAN-DPRF MULTAS | - 68,10 | 68,10 | 68,10 | Pagamento de multa do veículo Palio Fire Economy placa MCH 0114 desta secretaria. Veículo autuado por transitar em velocidade superior a máxima permitida, no dia 04/03/2013 às 09:18 horas, na cidade de Joinville (SC). Auto de Infração: 8564289711 (Compra Direta Nº 831/2013) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 3110 | 13/06/2013 | DETRAN-DPRF MULTAS | - 68,10 | 68,10 | 68,10 | Pagamento de multa do veículo Palio Fire Economy placa MCH 0114 desta secretaria. Veículo autuado por transitar em velocidade superior a máxima permitida, no dia 04/03/2013 às 11:03 horas, na cidade de Joinville (SC). Auto de Infração: 8564288802 (Compra Direta Nº 832/2013) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 3111 | 13/06/2013 | DETRAN-DPRF MULTAS | - 153,22 | 153,22 | 153,22 | Pagamento de multa do veículo M. Benz 413 CDI Sprinter placa MJC-0226 desta Secretaria. Veículo autuado por transitar em velocidade superior a máxima permitida, no dia 20/06/2013 às 03:46 horas, na cidade de Ituporanga (SC). Auto de Infração: 8566008472. (Compra Direta Nº 833/2013) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 3113 | 13/06/2013 | DETRAN-DPRF MULTAS | - 153,22 | 153,22 | 153,22 | Pagamento de multa do veículo M. Benz 413 CDI Sprinter placa MJC-0226 desta Secretaria. Veículo autuado por transitar em velocidade superior a máxima permitida, no dia 05/07/2012 às 03:45 horas, na cidade de Ituporanga(SC). Auto de Infração: 8566008805. (Compra Direta Nº 834/2013) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 3182 | 20/06/2013 | JEAN DE JESUS | 41,86 | 41,86 | 41,86 | DIARIA COM VIAGEM A FLORIANOPOLIS, REF. TRANSPORTE DE SERVIDORA PARA CURSO, NO AEROPORTO, NO DIA 20/06/2013, CONF. RELATORIO ANEXO. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 3497 | 08/07/2013 | IVETE CAMPESTRINI XAVIER | 1.400,00 | 1.400,00 | 1.400,00 | Contratacao de profissional técnico especializado na área de TFD (Tratamento Fora de Domicilio) para assessoria técnica / operacional ao Departamento de Controle, Avaliacao e Auditoria desta Secretaria. (Licitação Nº : 5/2013-CV) |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

| Unidade | Fonte de Recurso | Sub Função | Nº Empenho | Data Empenho | Credor | Valor Empenho (R\$) | Valor Liquidação (R\$) | Valor Pagamento (R\$) | Histórico |
|--|---|------------|------------|--------------|---------------------------|---------------------|------------------------|-----------------------|--|
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 3569 | 09/07/2013 | LUZIA FREIBERGER MORAES | 2.849,97 | 2.849,97 | 2.849,97 | PAGTO. DE AUXÍLIO FUNERAL, EM FAVOR DE LUZIA FREIBERGER MORAES, REF. FALECIMENTO (EM 25/06/2013) DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ATIVO: JESSE MORAES. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 3583 | 09/07/2013 | SUPERMERCADO BUZZI LTDA | 1.650,00 | 1.650,00 | 1.650,00 | Registro de preços para aquisição de cesta básicas para atender necessidade dos bolsistas do Programa Emergencial de Auxílio ao Desemprego, e para aquisição de gêneros alimentícios para reuniões de capacitação, realizadas em diversos setores da Secretaria de Saúde. (Licitação Nº : 14/2013-PR) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 3793 | 23/07/2013 | CHARLES BATISTA | 182,20 | 182,20 | 182,20 | DIÁRIA COM VIAGEM A FLORIANÓPOLIS, REF. TRANSPORTE DE SERVIDORES EM COMPETIÇÃO ESPORTIVA NO COLÉGIO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO, DIAS 19 E 20/07/2013, CONF. ROTEIRO ANEXO. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 3882 | 25/07/2013 | ROBERTO KNOTH | 41,86 | 41,86 | 41,86 | DIÁRIA COM VIAGEM A BLUMENAU, NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGINAL, REF. TRANSPORTE DE SERVIDORES EM CURSO DO SISVAN, DIA 25/07/2013, CONF. ROTEIRO ANEXO. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 4021 | 31/07/2013 | IVETE CAMPESTRINI XAVIER | 1.400,00 | 1.400,00 | 1.400,00 | Contratacao de profissional técnico especializado na área de TFD (Tratamento Fora de Domicílio) para assessoria técnica / operacional ao Departamento de Controle, Avaliacao e Auditoria desta Secretaria. (Licitação Nº : 5/2013-CV) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 4098 | 05/08/2013 | IVANIR SCHLEMPER NEVES | 34,20 | 34,20 | 34,20 | ADIANTAMENTO PARA CUSTEAR DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO DAS SERVIDORAS IVANIR SCHLEMPER NEVES, IVANIA TRAVAGLIA E IRMA CAROLINA WOJAHN, EM VIAGEM A RIO DO OESTE, NA CÂMARA DE VEREADORES, DIA 07/08/2013, REF. PARTICIPAÇÃO DE CURSO DE QUALIFICAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, PROMOVIDO PELA S.E.S., CONF. ROTEIRO ANEXO. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 4251 | 09/08/2013 | RAFAEL TORQUATO LUIZ | 41,86 | 41,86 | 41,86 | DIÁRIA COM VIAGEM A PRESIDENTE GETÚLIO, REF. TRANSPORTE DE SERVIDORES EM CURSO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DIA 10/08/2013, CONF. ROTEIRO ANEXO. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 4531 | 22/08/2013 | LEANDRO DA SILVA FERREIRA | 41,86 | 41,86 | 41,86 | DIÁRIA COM VIAGEM A FLORIANÓPOLIS, REF. TRANSPORTE DE SERVIDORES EM CURSO NO HOTEL MORRO DAS PEDRAS, DIA 22/08/2013, CONF. ROTEIRO ANEXO. |

| Unidade | Fonte de Recurso | Sub Função | Nº Empenho | Data Empenho | Credor | Valor Empenho (R\$) | Valor Liquidação (R\$) | Valor Pagamento (R\$) | Histórico |
|--|---|------------|------------|--------------|--------------------------|---------------------|------------------------|-----------------------|---|
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 4547 | 23/08/2013 | ROBERTO KNOTH | 41,86 | 41,86 | 41,86 | DIÁRIA COM VIAGEM A FLORIANÓPOLIS, AO AEROPORTO, REF. TRANSPORTE DE SERVIDORES EM RETORNO DE CURSO, DIA 23/08/2013, CONF. ROTEIRO ANEXO. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 4607 | 27/08/2013 | JEAN DE JESUS | 41,86 | 41,86 | 41,86 | DIÁRIA COM VIAGEM A FLORIANÓPOLIS, REF. TRANSPORTE DE SERVIDORES EM CURSO NO AUDITÓRIO DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA, DIA 27/08/2013, CONF. ROTEIRO ANEXO. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 4702 | 30/08/2013 | SUPERMERCADO BUZZI LTDA | 5.280,00 | 1.056,00 | 1.056,00 | Registro de preços para aquisição de cesta básicas para atender necessidade dos bolsistas do Programa Emergencial de Auxílio ao Desemprego, e para aquisição de gêneros alimentícios para reuniões de capacitação, realizadas em diversos setores da Secretaria de Saúde. (Licitação Nº : 14/2013-PR) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 4721 | 30/08/2013 | IVETE CAMPESTRINI XAVIER | 7.000,00 | 5.600,00 | 5.600,00 | Contratacao de profissional técnico especializado na área de TFD (Tratamento Fora de Domicilio) para assessoria técnica / operacional ao Departamento de Controle, Avaliacao e Auditoria desta Secretaria. (Licitação Nº : 5/2013-CV) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 4732 | 02/09/2013 | VALMIR DE SOUZA | 175,43 | 175,43 | 175,43 | Diária com Viagem a Canela-rs, Ref. Transporte de Servidor em Curso no Grande Hotel Canela, Dia 02/09/2013, Conf. Roteiro Anexo. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 4809 | 06/09/2013 | ROBERTO KNOTH | 175,43 | 175,43 | 175,43 | Diária com Viagem a Canela-rs, Ref. Transporte (retorno) de Servidor em Curso no Grande Hotel Canela, Dia 06/09/2013, Conf. Roteiro Anexo. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 4810 | 06/09/2013 | ROLF RUDI KUSTERKO | 175,43 | 175,43 | 175,43 | Diária com Viagem a Canela-rs, Ref. Transporte (retorno) de Servidor em Curso no Grande Hotel Canela, Dia 06/09/2013, Conf. Roteiro Anexo. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 4927 | 11/09/2013 | DETRAN-DPRF - MULTAS | 68,10 | 68,10 | 68,10 | Pagamento de Multa do Veículo Fiat Pálio de Placa Mhc-0114 desta Secretaria. Veículo Autuado por Transitar em Velocidade Superior a Máxima Permitida, no Dia 02/07/2013 às 11:31 Horas, na Cidade de Palmeira(sc). Auto de Infração: 8779336692. (compra Direta Nº 1321/2013) |

| Unidade | Fonte de Recurso | Sub Função | Nº Empenho | Data Empenho | Credor | Valor Empenho (R\$) | Valor Liquidação (R\$) | Valor Pagamento (R\$) | Histórico |
|--|---|------------|------------|--------------|---------------------------------|---------------------|------------------------|-----------------------|---|
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 5012 | 13/09/2013 | LORENA PEDRASSANI FERREIRA | 2.148,12 | 2.148,12 | 2.148,12 | Proveniente Pagamento de Auxilio Funeral, Devido o Falecimento da Servidora Pública - Clelia Pedrassani. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 5047 | 17/09/2013 | DETRAN-DPRF - MULTAS | 68,10 | 68,10 | 68,10 | Pagamento de Multa do Veículo Fiat Palio de Placa Mhc-0064 desta Secretaria. Veículo Autuado por Transitar em Velocidade Superior a Máxima Permitida, no Dia 23/05/2013 às 13:22 na Cidade de Rancho Queimado - Sc. Auto de Infração: R250151898. (compra Direta Nº 1354/2013) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 5204 | 27/09/2013 | ROBERTO KNOTH | 41,86 | 41,86 | 41,86 | Diária com Viagem a Florianópolis, Ref. Transporte de Servidores em Curso na U.f.s.c., Dia 27/09/2013, Conf. Roteiro Anexo. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 5626 | 15/10/2013 | SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA | 1.020,37 | 1.020,37 | 1.020,37 | Pagamento de Multa do Deter/sc para o Veículo Hyundai Mdz-1851 desta Secretaria. (compra Direta Nº 1927/2013) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 5722 | 22/10/2013 | ROBERTO KNOTH | 41,86 | 41,86 | 41,86 | Diária com Viagem a Florianópolis, Ref. Transporte de Servidores em Curso no Auditório da Fecomércio, Dia 22/10/2013, Conf. Roteiro Anexo. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 5760 | 24/10/2013 | HAROLDO SWAROWSKY | 41,86 | 41,86 | 41,86 | Diária com Viagem a Timbó, Ref. Transporte de Servidores em Curso no Timbó Park Hotel, Dia 24/10/2013, Conf. Roteiro Anexo. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 5907 | 31/10/2013 | DETRAN-DPRF - MULTAS | 102,15 | 102,15 | 102,15 | Pagamento de Multa do Veículo Gm/celta Life de Placa Mgb-2738 desta Secretaria. Veículo Autuado por Transitar em Velocidade Superior a Máxima Permitida, no Dia 23/07/2013 às 11:04 Horas, na Cidade de Pouso Redondo(sc). Auto de Infração: E222759054. (compra Direta Nº 2011/2013) |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 6021 | 07/11/2013 | DETRAN-DPRF - MULTAS | 68,10 | 68,10 | 68,10 | Pagamento de multa do veículo Fiat Ducato de placa MJX-4431 desta Secretaria. Veículo autuado por transitar em velocidade superior a máxima permitida, no dia 13/09/2013 às 11:49 horas, na cidade de Aurora(SC). Auto de Infração: 8779357527. |
| Fundo | 02 - Receitas | 301 | 6064 | 11/11/2013 | LEANDRO DA SILVA | 41,86 | 41,86 | 41,86 | DIÁRIA COM VIAGEM A JOINVILLE, REF. TRANSPORTE DE SERVIDOR EM |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

| Unidade | Fonte de Recurso | Sub Função | Nº Empenho | Data Empenho | Credor | Valor Empenho (R\$) | Valor Liquidação (R\$) | Valor Pagamento (R\$) | Histórico |
|--|---|------------|------------|--------------|---|---------------------|------------------------|-----------------------|---|
| Municipal de Saúde de Rio do Sul | de Impostos e Transf de impostos: Saúde | | | | FERREIRA | | | | CURSO NO EGEM, ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, DIA 11/11/2013, CONF. ROTEIRO ANEXO. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 6167 | 18/11/2013 | VALMIR DE SOUZA | 41,86 | 41,86 | 41,86 | DIÁRIA COM VIAGEM A FLORIANÓPOLIS, REF. TRANSPORTE SERVIDORES EM CURSO NO AUDITÓRIO SHAECE, DIA 18/11/2013, CONF. ROTEIRO ANEXO. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 6199 | 19/11/2013 | LEANDRO DA SILVA FERREIRA | 41,86 | 41,86 | 41,86 | DIÁRIA COM VIAGEM A FLORIANÓPOLIS, REF. TRANSPORTE DE SERVIDORES EM CURSO NO CENTRO DE CULTURA E EVENTOS E HOTEL FAIAL , DIA 19/11/2013, CONF. ROTEIRO ANEXO. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 6283 | 20/11/2013 | EVANDRO CARLOS EING | 41,86 | 41,86 | 41,86 | DIÁRIA COM VIAGEM A FLORIANÓPOLIS, REF. TRANSPORTE DE AMOSTRAS DE ALIMENTOS PARA ANÁLISE NO LACEN, DIA 20/11/2013, CONF. ROTEIRO ANEXO. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 6571 | 05/12/2013 | SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA | 412,43 | 412,43 | 412,43 | PAGAMENTO DE NOTIFICAÇÃO DE MULTA Nº D1910, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 6608 | 06/12/2013 | SUPERMERCADO BUZZI LTDA | 924,00 | 924,00 | 924,00 | Registro de preços para aquisição de cesta básicas para atender necessidade dos bolsistas do Programa Emergencial de Auxílio ao Desemprego, e para aquisição de gêneros alimentícios para reuniões de capacitação, realizadas em diversos setores da Secretaria de Saúde. |
| Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul | 02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde | 301 | 6734 | 12/12/2013 | DETRAN - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL | 102,15 | 102,15 | 102,15 | Pagamento de multa do veículo Fiat Palio Fire Economy de Placa MHC-0114 desta Secretaria. Veículo autuado por estacionar no passeio, no dia 09/10/2013 às 15:50 horas, na cidade de Florianópolis(SC). Auto de Infração: 02342763SC. |
| TOTAL | | | | | | 46.357,27 | 40.733,27 | 40.733,27 | |

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

| Fonte de Recurso | Ano | Sub Função | Valor Empenho (R\$) | Valor Liquidação (R\$) | Valor Pagamento (R\$) |
|--|------|------------|---------------------|------------------------|-----------------------|
| 58 - Salário Educação | 2013 | 365 | 470.236,29 | 453.341,01 | 453.341,01 |
| 62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE | 2013 | 365 | 229.492,42 | 205.657,38 | 205.657,38 |
| TOTAIS | | | 699.728,71 | 658.998,39 | 658.998,39 |

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

| Unidade | Fonte de Recurso | Sub Função | Nº Empenho | Data Empenho | Credor | Valor Empenho (R\$) | Valor Liquidação (R\$) | Valor Pagamento (R\$) | Histórico (R\$) |
|------------------------------------|--|------------|------------|--------------|------------------------|---------------------|------------------------|-----------------------|--|
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 365 | 428 | 24/01/2013 | ONIBUS CIRCULAR LTDA | 117.025,00 | 116.927,00 | 116.927,00 | AQUISIÇÃO DE VALES TRANSPORTE PARA ATENDER OS FUNCIONÁRIOS/SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 2/2013-IL) |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 365 | 1602 | 28/02/2013 | ONIBUS CIRCULAR LTDA | 1.240,00 | 1.240,00 | 1.240,00 | Vale Transporte para os servidores da Rede Municipal de Ensino. Rio do Sul - Riachuelo, Ribeirão do Salto e Lontras.Recursos Próprios: 43.470-8 (Compra Direta Nº 752/2013) |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 365 | 1603 | 28/02/2013 | EXPRESSO TAIOENSE LTDA | 1.240,00 | 1.240,00 | 1.240,00 | Vale Transporte para os servidores da Rede Municipal de Ensino. Rio do Sul - Laurentino, Rio do Oeste.Recursos Próprios: 43.470-8 (Compra Direta Nº 753/2013) |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 365 | 2859 | 28/03/2013 | ONIBUS CIRCULAR LTDA | 806,00 | 806,00 | 806,00 | Aquisição de Vale Transporte para os servidores da Rede Municipal de Ensino. Rio do Sul - Lontras.Recursos Próprios: 43.470-8 (Compra Direta Nº 1279/2013) |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 365 | 2860 | 28/03/2013 | EXPRESSO TAIOENSE LTDA | 1.447,94 | 1.447,94 | 1.447,94 | Aquisição de Vale Transporte para os servidores da Rede Municipal de Ensino: Atalanta, Trombudo Central, Pouso Redondo e Rio do Oeste.Recursos Próprios: 43.470-8 (Compra Direta Nº 1280/2013) |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 365 | 3004 | 09/04/2013 | EXPRESSO TAIOENSE LTDA | 620,00 | 620,00 | 620,00 | Aquisição de Vale Transporte para servidores da Rede Municipal de Ensino - Rio do Oeste.Recursos Próprios: 43.470-8 (Compra Direta Nº 1379/2013) |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 365 | 3005 | 09/04/2013 | ONIBUS CIRCULAR LTDA | 585,60 | 585,60 | 585,60 | Aquisição de Vale Transporte para os servidores da Rede Municipal de Educação. Itaguá.Recursos Próprios: 43.470-8 (Compra Direta Nº 1380/2013) |

| Unidade | Fonte de Recurso | Sub Função | Nº Empenho | Data Empenho | Credor | Valor Empenho (R\$) | Valor Liquidação (R\$) | Valor Pagamento (R\$) | Histórico (R\$) |
|------------------------------------|--|------------|------------|--------------|----------------------------------|---------------------|------------------------|-----------------------|--|
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 365 | 3427 | 24/04/2013 | EXPRESSO TAIENSE LTDA | 2.828,50 | 2.828,50 | 2.828,50 | Aquisição de Vale Transporte para os servidores da Rede Municipal de Ensino Rio do Sul - Laurentino, Rio do Oeste, Pouso Redondo, Trombudo Central, Atalanta. Recursos Próprios: 43.470-8 (Compra Direta Nº 1678/2013) |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 365 | 10156 | 28/11/2013 | JANETE TERESINHA BEZERRA TRISTAO | 456,97 | 456,97 | 456,97 | rescisão do contrato de estagio cf termo. |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 365 | 10157 | 28/11/2013 | MADALENA KLAUMANN | 398,33 | 398,33 | 398,33 | rescisão do contrato de estagio cf termo. |
| TOTAL | | | | | | 126.648,34 | 126.550,34 | 126.550,34 | |

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

| Fonte de Recurso | Ano | Sub Função | Valor Empenho (R\$) | Valor Liquidação (R\$) | Valor Pagamento (R\$) |
|--|------|------------|---------------------|------------------------|-----------------------|
| 23 - Transferências de Convênios: Saúde | 2013 | 361 | 50.589,00 | 0,00 | 0,00 |
| 24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social) | 2013 | 361 | 753.415,80 | 745.205,73 | 745.205,73 |
| 43 - Outras Especificações | 2013 | 361 | 29.595,88 | 29.595,88 | 29.595,88 |
| 58 - Salário Educação | 2013 | 361 | 956.385,77 | 883.110,49 | 883.110,49 |
| 61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE | 2013 | 361 | 39.539,79 | 39.500,20 | 39.500,20 |
| TOTAL | | | 1.829.526,24 | 1.697.412,30 | 1.697.412,30 |

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

| Unidade | Fonte de Recurso | Sub Função | Nº Empenho | Data Empenho | Credor | Valor Empenho (R\$) | Valor Liquidação (R\$) | Valor Pagamento (R\$) | Histórico |
|------------------------------------|--|------------|------------|--------------|----------------------|---------------------|------------------------|-----------------------|---|
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 361 | 427 | 24/01/2013 | ONIBUS CIRCULAR LTDA | 93.000,00 | 92.624,00 | 92.624,00 | AQUISIÇÃO DE VALES TRANSPORTE PARA ATENDER OS FUNCIONÁRIOS/SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 2/2013-IL) |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 361 | 3103 | 10/04/2013 | ONIBUS CIRCULAR LTDA | 40.121,75 | 40.121,75 | 40.121,75 | AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 34/2013-IL) |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

| Unidade | Fonte de Recurso | Sub Função | Nº Empenho | Data Empenho | Credor | Valor Empenho (R\$) | Valor Liquidação (R\$) | Valor Pagamento (R\$) | Histórico |
|------------------------------------|--|------------|------------|--------------|------------------------------|---------------------|------------------------|-----------------------|--|
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 361 | 3457 | 25/04/2013 | ONIBUS CIRCULAR LTDA | 208.836,15 | 96.894,50 | 96.894,50 | AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 49/2013-IL) |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 361 | 5052 | 05/06/2013 | EXPRESSO TAIOENSE LTDA | 620,00 | 620,00 | 620,00 | Aquisição de Vale Transporte para os servidores da Rede Municipal de Educação, durante 30 dias. Rio do Oeste. Recursos Próprios (Compra Direta Nº 2484/2013) |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 361 | 10153 | 28/11/2013 | RUDINEI MENDES PEREIRA | 499,07 | 499,07 | 499,07 | rescisão do contrato de estagio cf termo. |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 361 | 10155 | 28/11/2013 | CAROLINA RODE | 269,07 | 269,07 | 269,07 | rescisão do contrato de estagio cf termo. |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 361 | 4555 | 24/05/2013 | REFRIGERAÇÃO GABRI LTDA - ME | 1.875,00 | 1.875,00 | 1.875,00 | Manutenção para instalação da camera fria da Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação. Recursos Próprios (Compra Direta Nº 2318/2013) |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 361 | 5399 | 17/06/2013 | BONFANTI DISTRIBUIDORA LTDA | 75,50 | 75,50 | 75,50 | Aquisição de material de limpeza para higienização do depósito da merenda de escolas da Secretaria Municipal de Educação. Recursos Próprios (Compra Direta Nº 2704/2013) |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 361 | 6189 | 28/06/2013 | EXPRESSO TAIOENSE LTDA | 3.501,50 | 3.501,50 | 3.501,50 | Aquisição de vale transporte intermunicipal para atender os servidores da Secretaria Municipal de Educação. Recursos Próprios (Compra Direta Nº 3050/2013) |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 361 | 6212 | 08/07/2013 | ONIBUS CIRCULAR LTDA | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | AQUISIÇÃO DE VALES TRANSPORTE MUNICIPAL PARA ATENDER FUNCIONÁRIOS/SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. DIVERSAS SECRETARIAS. (Licitação Nº : 75/2013-IL) |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 361 | 7950 | 10/09/2013 | ENEL EDITORA GRAFICA LTDA ME | 775,60 | 775,60 | 775,60 | Confeção de Folders para a Semana da Pátria. Recursos Próprios (compra Direta Nº 3893/2013) |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 361 | 7959 | 10/09/2013 | MINERAL KABIR LTDA ME | 32,40 | 32,40 | 32,40 | Aquisição de Água Mineral - Palanque do Desfile de Sete de Setembro. Recursos Próprios (compra Direta Nº 3892/2013) |
| Prefeitura | 01 - Receitas de | 361 | 8067 | 13/09/2013 | COML CLAUDINO | 100,00 | 100,00 | 100,00 | Aquisição de Madeiras para o Palanque do Desfile Cívico de Sete de |

| Unidade | Fonte de Recurso | Sub Função | Nº Empenho | Data Empenho | Credor | Valor Empenho (R\$) | Valor Liquidação (R\$) | Valor Pagamento (R\$) | Histórico |
|------------------------------------|--|------------|------------|--------------|---------------------------|---------------------|------------------------|-----------------------|---|
| Municipal de Rio do Sul | Impostos e Transf de Impostos: Educação | | | | DOS SANTOS LTDA | | | | Setembro. Recursos Próprios (compra Direta Nº 3972/2013) |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação | 361 | 8070 | 13/09/2013 | HARRI MASIMILIANO FACHINI | 4.000,00 | 4.000,00 | 4.000,00 | Serviços de Sonorização para o Desfile Cívico de Sete de Setembro. Recursos Próprios (compra Direta Nº 3975/2013) |
| TOTAL | | | | | | 355.956,04 | 243.638,39 | 243.638,39 | |

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico - Administração (12.122, 12.123 e 12.128):

| Unidade | Fonte de Recurso | Sub Função | Nº Empenho | Data Empenho | Credor | Valor Empenho (R\$) | Valor Liquidação (R\$) | Valor Pagamento (R\$) | Histórico (R\$) |
|------------------------------------|--------------------------|------------|------------|--------------|-------------------------------------|---------------------|------------------------|-----------------------|--|
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 00 - Recursos Ordinários | 122 | 2012 | 04/03/2013 | AVS ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA | 5.400,00 | 5.400,00 | 5.400,00 | Serviços de auxiliar de serviços gerais para a distribuição da merenda escolar. Recursos Próprios: 43.470-8 (Compra Direta Nº 860/2013) |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 00 - Recursos Ordinários | 122 | 2273 | 18/03/2013 | PAULO ROBERTO VISENTAINER | 41,86 | 41,86 | 41,86 | DATA: 15/03/2013 OBJETIVO: LEVAR CARNE DE IPTU NOS CORREIOS E LEVAR FUNCIONARIAS DA EDUCAÇÃO PARA PALESTRA EM FLORIANÓPOLIS. |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 00 - Recursos Ordinários | 122 | 3415 | 23/04/2013 | MARCIO DE SOUZA | 41,86 | 41,86 | 41,86 | DATA: 10/04/2013 OBJETIVO: LEVAR ALUNOS DO CE ROBERTO MACHADO PARA PASSEIO NO BETO CARRERO WORLD EM PENHA SC. |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 00 - Recursos Ordinários | 122 | 4432 | 21/05/2013 | MARCIO DE SOUZA | 41,86 | 41,86 | 41,86 | DATA: 18/05/2013 OBJETIVO: LEVAR E RETORNAR COM ATLETAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS, DO FUTSAL PARA UM AMISTOSO PREPARATÓRIO PARA CAMPEONATO CATARINENSE QUE COMEÇA DIA 31/05/2013 EM TUBARÃO SC, NO GINÁSIO DA UNISUL. |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 00 - Recursos Ordinários | 122 | 4433 | 21/05/2013 | CACILDO JOAO FURLANI | 41,86 | 41,86 | 41,86 | DATA: 18/05/2013 OBJETIVO: LEVAR E RETORNAR COM ATLETAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS, DO FUTSAL PARA UM AMISTOSO PREPARATÓRIO PARA CAMPEONATO CATARINENSE QUE COMEÇA DIA 31/05/2013 EM TUBARÃO SC, NO GINÁSIO DA UNISUL COM DOIS MOTORISTAS. |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 00 - Recursos Ordinários | 122 | 4970 | 29/05/2013 | AVS ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA | 2.700,00 | 2.700,00 | 2.700,00 | Prestação de serviços referente auxiliar de serviços gerais para a distribuição da merenda escolar. Recursos Próprios (Compra Direta Nº 2460/2013) |
| Prefeitura | 00 - Recursos Ordinários | 122 | 4986 | 05/06/2013 | ALICE SILVEIRA | 418,56 | 418,56 | 418,56 | DATA: 05/06 E 07/06/2013 OBJETIVO: ENCONTRO CATARINENSE DE |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

| Unidade | Fonte de Recurso | Sub Função | Nº Empenho | Data Empenho | Credor | Valor Empenho (R\$) | Valor Liquidação (R\$) | Valor Pagamento (R\$) | Histórico (R\$) |
|------------------------------------|--------------------------|------------|------------|--------------|-----------------|---------------------|------------------------|-----------------------|--|
| Municipal de Rio do Sul | Recursos Ordinários | | | | SCHEFFER | | | | ALIMENTAÇÃO ESCOLAR FINALIDADE: POSSIBILITAR A TROCA OU EXPERIÊNCIAS E CONHECIMENTOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS RELACIONADOS A GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM FLORIANÓPOLIS SC |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 00 - Recursos Ordinários | 122 | 4987 | 05/06/2013 | LUCIANA BARBOSA | 418,56 | 418,56 | 418,56 | DATA: 05/06 E 07/06/2013OBJETIVO: ENCONTRO CATARINENSE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR FINALIDADE: POSSIBILITAR A TROCA OU EXPERIÊNCIAS E CONHECIMENTOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS RELACIONADOS A GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM FLORIANÓPOLIS SC |
| Prefeitura Municipal de Rio do Sul | 00 - Recursos Ordinários | 122 | 6306 | 10/07/2013 | MARCIO DE SOUZA | 41,86 | 41,86 | 41,86 | DATA: 05/07/2013OBJETIVO: LEVAR E RETORNAR COM ALUNOS DO CEPLAS DO PASSEIO DE ESTUDO EM URUBICI, SÃO JOAQUIM E BOM JARDIM DA SERRA SC. |
| TOTAL | | | | | | 9.146,42 | 9.146,42 | 9.146,42 | |

APÊNDICE

Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos:

| FR | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | | | | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B) | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B) | | | Superávit / Déficit |
|---|--------------------------------|---------------|--------------|--------------------|-----------------------------------|----------------------------|--------------------------------|---|---------------|---------------|---------------------|
| | VALOR REGISTRADO | AJUSTES (1) | | VALOR AJUSTADO (A) | Depósitos e Outras Obrigações (2) | Restos a Pagar Processados | Restos a Pagar Não Processados | COM RPPS | DO RPPS | EXCLUÍDO RPPS | |
| | | Aumenta | Diminui | | | | | | | | |
| | RECURSOS VINCULADOS | | | | | | | | | | |
| 0 | 2.471.884,37 | 0,00 | 0,00 | 2.471.884,37 | 2.504.384,11 | 0,00 | 0,00 | -32.499,74 | -32.499,74 | 0,00 | Superávit |
| 3 | 80.741.432,67 | 0,00 | 0,00 | 80.741.432,67 | -2.470.819,72 | 0,00 | 0,00 | 83.212.252,39 | 83.212.252,39 | 0,00 | Superávit |
| 14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 876,54 | 1.448,32 | -2.324,86 | | -2.324,86 | Déficit |
| 18 | 8.548.444,24 | 218.515,78 | 8.548.444,24 | 218.515,78 | 0,00 | 6.425,99 | 0,00 | 212.089,79 | | 344.034,23 | Superávit |
| 19 | 5.714.185,07 | 145.840,28 | 5.714.185,07 | 145.840,28 | 0,00 | 13.895,84 | 0,00 | 131.944,44 | | | |
| 23 | 3.858.993,58 | 0,00 | 0,00 | 3.858.993,58 | -1.075.508,68 | 4.313,21 | 197.492,21 | 4.732.696,84 | | 4.732.696,84 | Superávit |
| 24 | 5.335.663,71 | 0,00 | 0,00 | 5.335.663,71 | -2.472.199,34 | 62.469,42 | 3.473.705,46 | 4.271.688,17 | | 4.271.688,17 | Superávit |
| 43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.796,89 | 0,00 | 0,00 | -18.796,89 | | -18.796,89 | Déficit |
| 52 | 795.046,97 | 0,00 | 0,00 | 795.046,97 | -16.608,20 | 35.282,29 | 62.089,19 | 714.283,69 | | 714.283,69 | Superávit |
| 54 | 203.282,54 | 0,00 | 0,00 | 203.282,54 | -83.851,51 | 6.170,00 | 51.100,00 | 229.864,05 | | 229.864,05 | Superávit |
| 55 | 276.962,94 | 0,00 | 0,00 | 276.962,94 | -83.811,85 | 4.910,40 | 3.786,48 | 352.077,91 | | 352.077,91 | Superávit |
| 58 | 1.232.318,78 | 0,00 | 0,00 | 1.232.318,78 | -210.489,37 | 0,00 | 86.070,00 | 1.356.738,15 | | 1.356.738,15 | Superávit |
| 60 | 12,47 | 0,00 | 0,00 | 12,47 | 12,47 | 0,00 | 211.199,08 | -211.199,08 | | -211.199,08 | Déficit |
| 61 | 95.777,37 | 0,00 | 0,00 | 95.777,37 | -12.679,23 | 0,00 | 60,00 | 108.396,60 | | 108.396,60 | Superávit |
| 62 | 627.048,38 | 0,00 | 0,00 | 627.048,38 | -293.239,47 | 210,96 | 0,00 | 920.076,89 | | 920.076,89 | Superávit |
| 64 | 4.274.016,99 | 0,00 | 0,00 | 4.274.016,99 | -839.717,83 | 193.672,19 | 117.431,57 | 4.802.631,06 | | 4.802.631,06 | Superávit |
| 65 | 3.335.238,94 | 0,00 | 0,00 | 3.335.238,94 | -898.217,19 | 8.959,53 | 8.832,24 | 4.215.664,36 | | 4.215.664,36 | Superávit |
| 66 | 597.224,76 | 0,00 | 0,00 | 597.224,76 | -112.010,34 | 2.509,20 | 28.237,68 | 678.488,22 | | 678.488,22 | Superávit |
| 67 | 717.053,03 | 0,00 | 0,00 | 717.053,03 | -92.735,13 | 9.820,70 | 17.439,92 | 782.527,54 | | 782.527,54 | Superávit |
| 70 | 17.775.532,08 | 0,00 | 0,00 | 17.775.532,08 | -6.754.486,96 | 534,00 | 535.977,00 | 23.993.508,04 | | 23.993.508,04 | Superávit |
| 83 | 3.201.383,17 | 0,00 | 0,00 | 3.201.383,17 | -62.330,19 | 6.890,00 | 374.308,06 | 2.882.515,30 | | 2.882.515,30 | Superávit |
| | | | | | | | | | | | |
| SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | | | | | | | | -264.820,57 | | -232.320,83 | |
| | | | | | | | | | | | |
| | RECURSOS ORDINÁRIOS | | | | | | | | | | |
| 0 | -75.454.961,90 | 14.262.629,31 | 364.356,06 | -61.556.688,65 | 18.340.869,96 | 1.123.781,48 | 870.049,19 | -81.891.389,28 | | | |
| 1 | 22.716.433,70 | 0,00 | 0,00 | 22.716.433,70 | -960.411,50 | 1.983.560,84 | 120.589,93 | 21.572.694,43 | | | |
| 2 | 14.312.514,54 | 0,00 | 0,00 | 14.312.514,54 | -2.595.299,66 | 783.892,26 | 153.221,04 | 15.970.700,90 | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| T. | -38.426.013,66 | 14.262.629,31 | 364.356,06 | -24.527.740,41 | 14.785.158,80 | 3.891.234,58 | 1.143.860,16 | -44.347.993,95 | Déficit | | |

(1) Considerando o Decreto nº 3849/2014, de abertura de crédito suplementar por conta de superávit financeiro do FUNDEB, os saldos das Fontes de Recursos FR 18 e FR 19 foram ajustados pelo saldo final da C/C nº 32.540-6 do FUNDEB, no valor de R\$ 364.356,06, informado no Sistema e-Sfinge conforme segue:

| Código | Descrição | C. Contabil | Saldo Final Devedor | Saldo Final Credor | Saldo |
|----------------------------------|---|-------------|---------------------|--------------------|-------------------|
| 0001000276 3254060100000000 | Brasil FUNDEB 32540-6 - FR 0.1.00 | 111129902 | | 13.969.855,55 | -13.969.855,55 |
| 0001000276 3254060101000000 | Brasil FUNDEB 32540-6 - FR 0.1.01 | 111129902 | 36,67 | | 36,67 |
| 0001000276 3254060118000000 | Brasil FUNDEB 32540-6 - FR 0.1.18 | 111129902 | 11.068.651,94 | | 11.068.651,94 |
| 0001000276 3254060119000000 | Brasil FUNDEB 32540-6 - FR 0.1.19 | 111129902 | 1.531.774,12 | | 1.531.774,12 |
| 0001000276 3254060319000000 | Brasil FUNDEB 32540-6 - FR 0.3.19 | 111129902 | 36,67 | | 36,67 |
| 0001002763 32540-601010000000 | BANCO BRASIL FUNDEB 32540-6 - FR 0.1.01 | 111129902 | 19.450,97 | | 19.450,97 |
| 0001002763 32540-601180000000 | BANCO BRASIL FUNDEB 32540-6 - FR 0.1.18 | 111129902 | | 3.854.858,98 | -3.854.858,98 |
| 0001002763 32540-601190000000 | BANCO BRASIL FUNDEB 32540-6 - FR 0.1.19 | 111129902 | 5.563.143,24 | | 5.563.143,24 |
| 0001002763 32540-603190000000 | BANCO BRASIL FUNDEB 32540-6 - FR 0.3.19 | 111129902 | 5.976,98 | | 5.976,98 |
| SALDO FINAL C/C DO FUNDEB | | | | | 364.356,06 |

Dessa forma, para fins de ajuste das disponibilidades, realizou-se a transferência de todos os saldos indevidos das Fonte de Recursos FR 18 (R\$ 8.548.444,24) e 19 (R\$ 5.714.185,07) do FUNDEB para a FR 00 de recursos ordinários e, por fim, a transferência de devolução da FR 00 para as FR 18 (R\$ 218.515,78) e FR 19 (R\$ 145.840,28), do saldo real do FUNDEB no total de R\$ 364.356,06.

(2) Também foram ajustados os saldos indevidos de Depósitos/DDO no total de R\$ 2.601.101,01 das FR 18 e FR 19 para a FR 00, conforme segue:

| Conta | nome conta | FR | debito | credito | Saldo |
|--------------|--|----|--------------|--------------|---------------------|
| 211110200 | INSS | 18 | 323.285,97 | 279.923,93 | - 43.362,04 |
| 211110200 | INSS | 19 | 67.132,45 | 180.055,78 | 112.923,33 |
| 211120000 | = PENSÃO ALIMENTÍCIA | 18 | 18.195,98 | 55.396,50 | 37.200,52 |
| 211120000 | = PENSÃO ALIMENTÍCIA | 19 | 3.979,95 | 23.394,35 | 19.414,40 |
| 211149900 | = OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS | 18 | 2.178.485,84 | 1.486,41 | - 2.176.999,43 |
| 211149900 | = OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS | 19 | 1.458.402,02 | 126.188,11 | - 1.332.213,91 |
| 211170000 | = PLANOS DE SEGUROS | 18 | 4.021,59 | 13.980,55 | 9.958,96 |
| 211170000 | = PLANOS DE SEGUROS | 19 | 2.636,09 | 10.997,13 | 8.361,04 |
| 211180000 | = EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 18 | 836.299,01 | 2.017.415,28 | 1.181.116,27 |
| 211180000 | = EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 19 | 405.698,36 | 1.313.392,60 | 907.694,24 |
| 211190100 | = ASSOCIAÇÕES | 18 | 126.818,30 | 296.710,95 | 169.892,65 |
| 211190100 | = ASSOCIAÇÕES | 19 | 71.690,48 | 217.860,04 | 146.169,56 |
| 211190400 | = SINDICATOS | 18 | 359.194,55 | 1.167.536,87 | 808.342,32 |
| 211190400 | = SINDICATOS | 19 | 178.839,71 | 655.202,94 | 476.363,23 |
| 211499900 | = OUTROS DEPOSITOS | 18 | 750.663,85 | 2.034.321,55 | 1.283.657,70 |
| 211499900 | = OUTROS DEPOSITOS | 19 | 202.374,83 | 1.195.257,00 | 992.882,17 |
| TOTAL | | | | | 2.601.401,01 |